

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Estudos Legislativos
SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARLAMENTAR



CONGRESSO

República Federativa do Brasil

DIÁRIO

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLIX - Nº 13

SÁBADO, 26 DE MARÇO DE 1994

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1. - ATA DA 6ª SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE MARÇO DE 1994

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Discursos do Expediente

DEPUTADO EDUARDO JORGE - Mobilização do PT para discutir a Medida Provisória nº 434/94. Ofício da Prefeitura de São Vicente - SP, relatando a difícil situação do Município em virtude da epidemia de cólera. Alerta ao Governo de São Paulo sobre a situação sanitária na Baixada Santista.

DEPUTADO LUIZ GUSHIKEN - Responsabilidade da Imprensa na crise institucional gerada pela divergência na interpretação da Medida Provisória nº 434/94 entre os Poderes Executivo e Judiciário.

DEPUTADO JOÃO PAULO - Preocupação pela demora no envio ao Congresso Nacional do Orçamento da União de 1994. Solicitando à Mesa urgentes providências para que a Comissão de Orçamento seja informatizada, capacitando-se para tarefa de fiscalização e controle.

SR. PRESIDENTE - Resposta ao Sr. João Paulo.

DEPUTADO ALCIDES MODESTO - Solução para a crise entre os Poderes da República criada artificialmente e manipulada pelo Executivo. Reiterando sua preocupação com atitude autoritária do Prefeito de Monte Santo, no Estado da Bahia.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Artificialidade da crise. Repúdio às declarações do Ministro Fernando Henrique Cardoso sobre o caráter de eleitoreiro e demagogo do projeto de lei de conversão, de autoria do Deputado Gonzaga Motta, sobre a Medida Provisória nº 434.

DEPUTADO PAULO DELGADO - Protesto contra a incapacidade do Congresso Nacional de arregimentar suas forças para o debate e deliberações.

DEPUTADO GERMANO RIGOTTO, como Líder - Posição do PMDB em relação à Medida Provisória nº 434.

DEPUTADO ADROALDO STRECK, como Líder - Defesa da atuação do Sr. Fernando Henrique Cardoso, à frente do

Ministério da Fazenda, acusado de utilizar-se do cargo com fins eleitoreiros, e da via do entendimento como solução da crise.

DEPUTADO MIRO TEIXEIRA, como Líder - Apontando o Poder Executivo como o responsável pela pretensa crise político-institucional. Reflexão sobre a função do Legislativo e a falta de interlocução entre os Poderes.

DEPUTADO LUÍS EDUARDO, como Líder - Votação da Medida Provisória como forma do Congresso participar ativamente da gestão da economia.

DEPUTADO ÉDEN PEDROSO, como Líder - Ampla discussão da política salarial como forma de buscar uma solução para a crise atual. Imediata apreciação do projeto de lei de conversão à Medida Provisória nº 434/94, do Relator Gonzaga Motta.

DEPUTADO MAURÍLIO FERREIRA LIMA - Reiterando sua posição em favor da busca da superação das adversidades dentro do processo democrático e do respeito à cidadania.

DEPUTADA MARIA LAURA - Caráter autoritário e pseudomoralista do Ministro Fernando Henrique Cardoso quando se refere ao impacto dos aumentos salariais, gerados pela data do dia 20 para conversão em URV, sobre o Plano Econômico.

DEPUTADO PRISCO VIANA - Encerramento da 31ª Conferência da União Interparlamentar em Paris. Importância das recomendações contidas no documento final da assembléia realizada em Ottawa, em 1993.

1.3 - ORDEM DO DIA

- Medida Provisória nº 434, de 27 de fevereiro de 1994, que dispõe sobre o Programa de Estabilidade Econômica, o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor - URV, e dá outras providências. Discussão adiada por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.

1.4 - ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE
Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral _____ Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

Ata da 6ª Sessão Conjunta, em 25 de março de 1994

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Humberto Lucena, Adylson Motta,

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Alfredo Campos – Almir Gabriel – Aluizio Bezerra – Amir Lando – Aureo Mello – Carlos De'Carli – Carlos Patrocínio – César Dias – Chagas Rodrigues – Coutinho Jorge – Dario Pereira – Dirceu Cameiro – Eduardo Suplicy – Eptácio Cafeteira – Esperidião Amin – Flaviano Melo – Francisco Rollemberg – Garibaldi Alves Filho – Cerson Camata – Gilberto Miranda – Henrique Almeida – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Hydekrel Freitas – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – Jarbas Passarinho – João Calmon – João França – João Rocha – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Fogaça – José Paulo Bisol – Júlio Campos – Lourival Baptista – Magno Bacelar – Márcio Lacerda – Marco Maciel – Marluce Pinto – Mauro Benevides – Meira Filho – Nabor Júnior – Nelson Wedekin – Pedro Teixeira – Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Valmir Campelo – Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS:

RORAIMA

AVENIR ROSA	PP
JOAO FAGUNDES	PMDB
JULIO CABRAL	PP
LUCIANO CASTRO	PFR
RUBEN BENTO	BLOCO

AMAPA

LOURIVAL FREITAS	PT
VALDENOR GUEDES	PP

PARA'

ELIEL RODRIGUES	PMDB
GERSON PERES	PFR
HERMINIO CALVINHO	PMDB
HILARIO COIMBRA	PTB
NICIAS RIBEIRO	PMDB
OSVALDO MELO	PFR
PAULO ROCHA	PT

AMAZONAS

BETH AZIZE	PDT
EEIO FERREIRA	BLOCO
JOSE DUTRA	PMDB

RONDONIA

APARICIO CARVALHO	PSDB
PASCOAL NOVAES	PSD
REDITARIO CASSOL	PP

ACRE

CELIA MENDES	PFR
JOAO MAIA	PP
JOAO TOTA	PFR
MAURI SERGIO	PMDB
SILA BEZERRA	PMDB

TOCANTINS

DARCI COELHO	BLOCO
---------------------	--------------

DERVAL DE PAIVA	PMDB
LEOMAR QUINTANILHA	PFR
OSVALDO REIS	PP
PAULO NOURAO	PFR

MARANHAO

COSTA FERREIRA	PP
DANIEL SILVA	BLOCO
EUNICO RIBEIRO	PM
FRANCISCO COELHO	BLOCO
BAROLDO BABOIA	PT
JOAO RODOLFO	PFR

CEARA

GONZAGA MOTA	PMDB
MARIA LUIZA FONTINELE	PSTU
MAURO SAMPAIO	PMDB
UBIRATAN AGUIAR	PSDB
VICENTE FIALBO	BLOCO

PIAUÍ

FELIPE MENDES	PFR
JESUS TAJRA	BLOCO
JOAO HENRIQUE	PMDB
JOSE LUIZ MAIA	PFR
PAES LANDIM	BLOCO
PAULO SILVA	PSDB

RIO GRANDE DO NORTE

LAIRE ROSADO	PMDB
MARCOS FORMIGA	PSDB
NEY LOFES	BLOCO

PARAIBA

EFRAIM MORAIS	BLOCO
VITAL DO REGO	PDT

PERNAMBUCO

GUSTAVO KRAUSE	BLOCO
-----------------------	--------------

INOCENCIO OLIVEIRA
JOSE CARLOS VASCONCELLOS
JOSE JORGE
MAURILIO FERREIRA LIMA
RICARDO FIUZA
ROBERTO FRANCA
ROBERTO FREIRE
ROBERTO MAGALHAES
SALATIEL CARVALHO
WILSON CAMPOS

ALAGOAS

AUGUSTO FARIAS
JOSE THOMAZ NONO
MENDONCA NETO

SERGIPE

BENEDITO DE FIGUEIREDO
DJENAL GONCALVES

BAHIA

ALCIDES MODESTO
AROLDI CEDRAZ
CARLOS SANT'ANNA
JAQUES WAGNER
JONIVAL LUCAS
LUIZ EDUARDO
MILTON BARBOSA
PRISCO VIANA

MINAS GERAIS

AGOSTINHO VALENTE
ARACELY DE PAULA
ARMANDO COSTA
CAMILO MACHADO
GENESIO BERNARDINO
GETULIO NEIVA
JOAO PAULO
ODELMO LEAO
PAULO DELGADO

BLOCO
PRN
BLOCO
PSDB
BLOCO
PSB
PPS
BLOCO
PP
PSDB

BLOCO
PMDB
PDT

PDT
PSDB

PT
BLOCO
PMDB
PT
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PPR

PT
BLOCO
PMDB
PTB
PMDB
PL
PT
PP
PT

PAULO ROMANO
RONALDO PERIM
SAMIR TANNUS
SANDRA STARLING
TARCISIO DELGADO
TILDEN SANTIAGO
WAGNER DO NASCIMENTO
ZAIRE REZENDE

ESPIRITO SANTO

HELVECIO CASTELLO
JORIO DE BARROS
NILTON BAIANO
RITA CAMATA
ROBERTO VALADAO

RIO DE JANEIRO

ALVARO VALLE
CIDINHA CAMPOS
FLAVIO PALMIER DA VEIGA
FRANCISCO DORNELLES
JAIR BOLSONARO
JOSE EGYDIO
LUIZ SALOMAO
MIRO TEIXEIRA

SAO PAULO

ALOIZIO MERCADANTE
EDUARDO JORGE
FABIO FELDMANN
GERALDO ALCKMIN FILHO
HELIO BICUDO
JOSE ABRAO
JOSE ANIBAL
JOSE GENOINO
JOSE SERRA
LUIZ GUSHIKEN
LUIZ MAXIMO
PAULO LIMA
VALDEMAR COSTA NETO

MATO GROSSO

JONAS PINHEIRO

BLOCO
PMDB
PPR
PT
PMDB
PT
PP
PMDB

PT
PMDB
PMDB
PMDB
PMDB

PL
PDT
PSDB
PPR
PPR
PL
PDT
PDT

PT
PT
PSDB
PSDB
PT
PSDB
PSDB
PT
PSDB
PT
PSDB
BLOCO
PL

BLOCO

OSCAR TRAVASSOS
RICARDO CORREA
RODRIGUES PALMA

PL
PL
PTB

DISTRITO FEDERAL

AUGUSTO CARVALHO
BENEDITO DOMINGOS
CHICO VIGILANTE
JOAO BROCHADO
MARIA LAURA
OSORIO ADRIANO
PAULO OCTAVIO
SIGMARINGA SEIXAS

PPS
PP
PT
PP
PT
BLOCO
PRN
PSDB

GOIAS

HALEY MARGON
JOAO NATAL
LAZARO BARBOSA
LUIZ SOYER
MARIA VALADAO
PAULO MANDARINO

PMDB
PMDB
PMDB
PMDB
PPR
PPR

MATO GROSSO DO SUL

FLAVIO DERZI
GEORGE TAKIMOTO
MARILU GUIMARAES
NELSON TRAD
VALTER PEREIRA

PP
BLOCO
BLOCO
PTB
PMDB

PARANA

DENI SCHWARTZ
ELIO DALLA-VECCHIA
PAULO BERNARDO

PSDB
PDT
PT

SANTA CATARINA

ANGELA AMIN
DEJANDIR DALPASQUALE
LUIZ HENRIQUE
ORLANDO PACHECO

PPR
PMDB
PMDB
PSD

PAULO DUARTE
RUBERVAL PILOTTO
VALDIR COLATTO

PPR
PPR
PMDB

RIO GRANDE DO SUL

ADROALDO STRECK
ADYLSO MOTA
AMAURY MULLER
ANTONIO BRITTO
EDEN PEDROSO
FETTER JUNIOR
GERMANO RIGOTTO
JOAO DE DEUS ANTUNES
JOSE FORTUNATI
LUIZ ROBERTO PONTE
NELSON JOBIM
NELSON PROENCA
ODACIR KLEIN
TELMO KIRST
VICTOR FACCIONI
WALDOMIRO FIORAVANTE
WILSON MULLER

PSDB
PPR
PDT
PMDB
PT
PPR
PMDB
PPR
PT
PMDB
PMDB
PMDB
PMDB
PPR
PPR
PT
PT

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – As listas de presença acusam o comparecimento de 49 Srs. Senadores e 169 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Congressistas, a Liderança e a bancada do Partido dos Trabalhadores estão mobilizadas para a discussão do projeto de conversão da medida provisória que trata da URV, dos salários, etc. Como a Liderança já havia afirmado em reunião de Líderes de que participou ontem, na verdade esta é a questão principal. A medida provisória deve ser discutida, para uma intervenção mais duradoura na conjuntura política e econômica do País. Hoje de manhã, na reunião dos Líderes, aqueles que dela participaram comprovam esta afirmação. Se não houver **quorum** hoje, o Congresso deverá discutir na próxima semana.

A tal crise, aquela possibilidade de golpe, na verdade, em vez de tragédia estava mais para comédia, ópera bufa. Se é verdade que estamos vivendo sobre uma espécie de vulcão no País, porque a crise econômica é grande, esse desentendimento entre o Executivo e o Judiciário não seria motivo para desencadear um golpe no País. Isso é ridículo. Alguns alardearam durante dias e dias a possibilidade de um golpe militar. Chegou-se ao cúmulo de dizer que parte da Polícia Federal estava rebelada em armas em frente ao Supremo Tribunal Federal, relembrando o levante dos marinheiros, em 1964. Isso demonstra que, se o Executivo dedicar-se com mais afinco a governar e não ficar buscando picuinhas, brigando com todos os Poderes e com a própria sociedade, se o Legislativo procurar cumprir seu papel, poderão contribuir muito mais, de forma muito mais construtiva, para enfrentar a crise econômica e social que o País vive.

Por isso, a Liderança do Partido dos Trabalhadores está convocando os seus Parlamentares para estarem presentes hoje. Estou vendo que o Relator da matéria, Deputado Gonzaga Mota, está presente para discutir o projeto de conversão. Este é, a nosso ver, a tarefa do Congresso Nacional, neste momento: votar o projeto de conversão, a medida provisória.

Neste sentido, o Partido dos Trabalhadores tem participado de todo o processo na Comissão, está disposto a negociar seriamente, se o Governo se dispuser também a fazê-lo. O que até hoje não fez. A única tática que o Governo vem utilizando é a protelação, para impedir a votação. É uma tática que pode ser usada, é claro, porque é regimental e ele tem todo o direito de fazer isso. Mas não é construtiva e muitas vezes é utilizada pela minoria. Eu mesmo, como Vice-Líder, muitas vezes usei a tática da obstrução. Porém, o fato de a maioria usar a obstrução, evitando votar, discutir, porpor, é realmente no mínimo vergonhoso.

Por isso, a nossa bancada está disposta a discutir o projeto de conversão do Deputado Gonzaga Mota, ou qualquer outra proposta que surgir da parte do Executivo, se este tiver disposição de fazê-lo. Aparentemente, a única manobra que está sendo utilizada pelo Governo é a de obstruir e protelar a votação. Posteriormente tentará reeditar a medida provisória e solitariamente apresentará as propostas, sem submeter-se ao debate com a sua bancada e a de oposição no Congresso Nacional, o que seria muito mais produtivo.

Sr. Presidente, ao concluir meu pronunciamento, peço a transcrição nos Anais da Casa de documento que relata a situação

da Baixada Santista, particularmente da cidade de São Vicente, com o surto de cólera que começa a grassar naquela região.

A Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo tem-se esmerado em não reconhecer episódios de epidemias, como o caso da leptospirose, no início do ano, na região Metropolitana, mas depois corre atrás do prejuízo. É uma atitude imprevidente do Governo daquele Estado. A leptospirose ocorreu no começo do ano, na época das chuvas, na região Metropolitana e agora, na Baixada Santista, constata-se o surto de cólera na cidade de São Vicente.

Que o Governo do Estado de São Paulo tome isso como um alerta e um pedido de efetiva ajuda à população carente, favelada que mora nos mangues, onde não há saneamento básico e está sujeita a um crescimento explosivo da epidemia de cólera.

Documento a que se refere o orador:

OFÍCIO Nº 093-A/GP

ANEXO 1

* 1 milhão e duzentos mil dólares:

– Empréstimo solicitado ao Governo do Estado de São Paulo, através do Banespa S/A – Ofício nº 88-A/GP, de 6-5-93.

Obs.: Recusado. Decisão política.

* 110 milhões de dólares:

– Verba solicitada junto ao Ministério do Bem-Estar Social.

Obs.: Aguardando liberação do Governo Federal.

As solicitações acima foram feitas visando cobrir despesas com execução de projeto de macrodrenagem do município, prevendo o revestimento dos 19 canais existentes e obras de saneamento básico, medidas imprescindíveis no combate ao cólera.

Ofício nº 93-A/GP

Exmº Sr. Deputado:

Com os meus cordiais cumprimentos, ressalto junto a V. Exª que quando assumimos a administração de São Vicente, no dia 1º de janeiro de 1993, o Município contava com apenas 17% de cobertura da rede de esgotos da Sabesp, o que beneficiava na época apenas 20% de uma população estimada em 300 mil habitantes. Um ano e três meses depois, o Governo do Estado não construiu sequer um milímetro de esgoto. Ou seja, 80% da população do Município continua a descoberto, sem contar com rede sanitária.

Em abril de 1993, foram registrados três casos autóctones em São Vicente, envolvendo o estivador Marcos Antonio Inácio e dois de seus filhos. O cólera não se expandiu graças ao sucesso do trabalho preventivo desenvolvido pelo Serviço de Vigilância à Saúde do Município, que desenvolveu um amplo trabalho de prevenção no Jôquei Clube, bairro onde residiam os doentes e adjacências. Impediu-se, assim, que um surto epidêmico, por fonte comum, tomasse proporção epidêmica.

A Prefeitura tomou diversas medidas para controlar e combater o cólera e o Governo do Estado, no dia 24 de abril de 1993, divulgou um comunicado à imprensa onde dizia que estava tomando várias medidas para ajudar São Vicente a enfrentar a epidemia, o que não saiu do papel.

No dia 4 de março deste ano, o fantasma do cólera voltou a rondar São Vicente. Nesse dia, morreu no Hospital São José o paciente José Roberto Alves da Silva, de 29 anos, com quadro agudo de diarreia e desidratação. No dia 10-3-94, o irmão de José Roberto, Gelson Alves da Silva, de 31 anos, também morreu no Pronto-Socorro Central da cidade de Santos, com o diagnóstico de leptospirose, doença provocada pela leptospira, presente na urina de ratos. Mas, no dia 17-3-94, o Instituto Adolpho Lutz, de São Paulo-SP confirmava, através de laudo, os dois primeiros casos de cólera no Município. Os pacientes: José Carlos da Silva, de 35 anos, e Márcio da Silva, de 16 anos, respectivamente, irmão e sobrinho de José Roberto e Gelson. Através deles, o Serviço de Saú-

de de São Vicente ficou sabendo que os quatro pacientes haviam participado no dia 2-3-94 de uma peixada. O peixe ingerido havia sido pescado no Mar Pequeno, próximo à ponte dos Barreiros, levando as autoridades sanitárias a concluir que os dois óbitos também eram compatíveis com o cólera.

Ao classificar os dois casos como compatíveis com o cólera, o Serviço de Saúde apenas estava seguindo um critério estabelecido pela Vigilância Epidemiológica do Estado de São Paulo e pelo Ministério da Saúde.

O mais grave, é que um quinto caso de cólera, envolvendo um jovem de 16 anos, Vitor José da Cunha, morador no Centro de São Vicente, não havia sido comunicado pelo ERS-52 (Escritório Regional de Saúde). O paciente foi internado no dia 21 de fevereiro de 1994, no Hospital Cid Perez, em Santos, e o exame remetido para o Hospital Estadual Guilherme Álvaro. Mesmo apresentando os sintomas da doença, o paciente foi liberado. Nesse período, Vitor não recebeu qualquer tratamento de combate à doença.

O ERS-52 procurou diminuir a extensão do problema, assim como o Governo do Estado tentou polemizar a ocorrência de casos de cólera. A Sabesp chegou a negar, na imprensa local, os casos de cólera em São Vicente. Finalmente, foram obrigados a admitir que o cólera voltou ao Município e à Baixada Santista. Agora, o Governo do Estado, através da Sabesp, está dizendo que vai investir US\$5,6 milhões contra o cólera em São Vicente. O presidente da Sabesp, Luiz Appolonio Neto, anuncia para o final de março as obras do sistema de esgoto do Conjunto Tancredo Neves e Japuí. Ou seja, as mesmas promessas feitas há, exatamente, um ano e que não foram cumpridas.

No ano de 1993, entre outras coisas, o Governo do Estado prometeu a realização de um convênio com a Prefeitura, via Sabesp, para recuperação de 18 comportas, indispensáveis para se controlar vazão das águas de marés. Como sempre, o convênio não passou de promessa e a recuperação das comportas começou a ser feita este ano pela CODESAVI – Companhia de Desenvolvimento de São Vicente, com recursos da Prefeitura.

O cólera voltou em 94 a São Vicente e, com características endêmicas. Em 93, houve um surto epidêmico localizado em um bairro periférico, em São Vicente. Este ano, os quatro primeiros casos confirmados ocorreram na Favela Sá Catarina de Moraes, um local de extrema precariedade em nosso Município, e a contaminação ocorreu por peixes capturados na região.

Ontem, dia 21-3-94, mais dois casos foram registrados. Um no bairro do Jardim Rio Branco, e outro no bairro da Vila Margarida, também ambos localizados na periferia. Segundo o Secretário de Saúde de São Vicente, Dr. Arthur Chioro, o cólera em São Vicente já tem todas as características de epidemia.

Assim sendo, solicito de V. Exª urgentes providências junto às autoridades no sentido de minimizar o sofrimento da população vicentina e de dar um basta ao avanço do cólera em São Vicente.

Ao ensejo, reitero os meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, – Luiz Carlos Pedro, Prefeito Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Adilson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Luiz Gushiken.

O SR. LUIZ GHISHIKEN (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, vejo, estarecido, manchete de um jornal que retoma as críticas a esta Casa. Neste caso, uma crítica correta, pois diz respeito ao fato de os Parlamentares terem aumentado seus salários. Trata-se de um absurdo a persistência de confusões aritméticas, depois de uma semana de debates sobre a maneira como serão convertidos os salários.

Diz a matéria que, no caso dos Deputados Federais que recebem seus proventos no dia 10 no dia 25, uma parte de seus salários, as verbas de representação, será convertida com base na URV do dia 5. Ora, essa metodologia de conversão baseada em data anterior à data efetiva do pagamento eleva o salário médio, o que seria um absurdo.

É preciso que a Câmara dos Deputados faça a devida correção, em tempo hábil, a fim de que não seja a instituição novamente objeto de retaliação, no caso, justa. Aproveito a oportunidade para elucidar esta questão aritmética que chegou a detonar uma crise institucional que não pode ser levada adiante. Essa crise teve início quando a imprensa noticiou a informação de que o Poder Judiciário havia aumentado o salário de seus membros com a conversão pela URV do dia 20. Errou a imprensa. Mas o Presidente da República, que também não entendeu as razões de natureza aritmética, foi no embalo e provocou um confronto com o Poder Judiciário, e até agora está todo mundo atrelado a este confronto. Por que erram o Poder Executivo e a imprensa quando afirmam que houve o aumento de salário na conversão? Porque o Poder Judiciário, ao adotar o dia efetivo de pagamento para efeito de conversão, simplesmente manteve o poder de compra médio dos salários nos últimos quatro meses, conforme determina a medida provisória na sua exposição de motivos e como o Ministro a equipe do Governo alardearam durante meses, afirmando que a idéia central do plano era manter o poder de compra médio. Se este axioma é aceito, a aritmética decorrente deste princípio é simples: converte-se pelo dia efetivo de pagamento. Foi o que fez o Poder Judiciário.

Aliás, devo dizer que quem teve aumento do poder de compra médio foi o Poder Executivo, ao contrário do que foi dito pela imprensa e pelo próprio Presidente da República. Procura-se uma solução. Tudo indica, pelo que noticia a imprensa e pelas articulações, que o projeto que esta Casa quer apresentar como mediador para o conflito adota o dia 30 para efeito de conversão. Muito bem, se existir consenso entre as três Instituições, que se adote o dia 30; mas que se diga que, caso seja adotado este dia, estará havendo uma transferência de salário dos Poderes Judiciário e Legislativo para o Poder Executivo, ou seja, há uma diminuição da média dos salários dos dois Poderes.

É preciso que se esclareça isso, pois, do contrário, seria uma grande hipocrisia, uma grande comédia. A meu ver, a Câmara dos Deputados deve imediatamente corrigir a sistemática de conversão dos salários e não adotar o dia 5, mas os dias 10 e 25, quando são pagos os nossos salários, sob pena de a retaliação acontecer com mais virulência e esta Casa não ter a autoridade necessária para mediar esse conflito, visto que os Poderes Executivo e Judiciário, até o presente momento, não conseguiram entender-se.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista João Paulo.

O SR. JOÃO PAULO (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, a esta altura da nossa vida parlamentar – estamos em 1994 – o Orçamento deste ano ainda não foi aprovado. Pelo visto, o Executivo não tem o maior interesse nessa aprovação.

Pude solicitar, por intermédio da Comissão de Orçamento, à nossa assessoria na Câmara dos Deputados, que fizesse um levantamento da execução financeira do Orçamento do Executivo. E, numa avaliação preliminar, constatou-se que o Executivo vem tendo um comportamento ilegal naquela área.

Desde 1989 insistimos em que esta Casa equipe a Comissão de Orçamento, a fim de que ela possa fiscalizar e acompanhar a

execução financeira dos Orçamentos da União. O Presidente da Comissão, Senador Raimundo Lira, já declarou criada a Subcomissão de Fiscalização e Acompanhamento, mas de fato ela ainda não foi instalação. Anos seguidos vimos tentado equipar, informatizar a Comissão de Orçamento, mas nada conseguimos até hoje. A verba do ano passado foi utilizada com outras finalidades, sob o nosso protesto, diante do qual, entretanto, o Prodasen se comprometeu a fornecer o equipamento para a Subcomissão de Fiscalização e Acompanhamento.

Como já pude denunciar desta tribuna, o Executivo não tem o mínimo interesse em extirpar a corrupção do seu meio. É uma forma de eliminarmos qualquer possibilidade de superfaturamento, ou pelo menos de o denunciarmos, é através da fiscalização e acompanhamento da execução financeira dos Orçamentos do Executivo.

Portanto, não podemos permitir que haja mais de delongas na apreciação, votação e aprovação do Orçamento de 1994. Não podemos mais negligenciar a fiscalização da execução do Orçamento.

Portanto, solicito à Mesa do Congresso Nacional urgentes providências para que a Comissão de Orçamento seja informatizada e se proceda à instalação da Subcomissão de Fiscalização e acompanhamento.

Espero que o Presidente do Congresso Nacional possa comunicar à Casa o atendimento dessa solicitação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência, mais uma vez, vai levar ao conhecimento da Mesa do Congresso Nacional a preocupação reiterada pelo Deputado João Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra o Sr. Deputado Alcides Modesto.

O SR. ALCIDES MODESTO (PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, já manifestei na sessão da manhã do Congresso Nacional, a minha posição pessoal e a do meu partido diante da conjuntura nacional, da crise artificial, manipulada pelo Ministro da Fazenda, e pelo Sr. Itamar Franco, Presidente da República. Não quero retomar o mesmo tema, apenas faço minhas as palavras dos colegas do Partido dos Trabalhadores que me antecederam na tribuna, reafirmando mais uma vez a posição da bancada de que a solução da crise passa por uma discussão séria da política salarial, que nunca foi definida com seriedade nem por esta Casa nem pelo Governo. Este é o momento de tratarmos das perdas, porque todos os planos econômicos jogam o ônus do prejuízo e do sacrifício econômico nas costas dos trabalhadores.

Mas o que me faz retornar agora à tribuna é a preocupação que já registrei inúmeras vezes e que já consta dos anais desta Casa. Trata-se da postura autoritária, truculenta e violenta do Prefeito de Monte Santo, no Estado da Bahia. O jornal *Tribuna da Bahia*, edição de hoje, destaca a seguinte manchete: "Multidão em Monte Santo derruba o muro da vergonha feito por Ariston", o Prefeito daquele Município.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a a transcrição dessa matéria, que exemplifica as razões da minha preocupação.

Embora a Comissão da Seca instalada nesta Casa não esteja funcionando como deveria, procuro honrar minhas responsabilidades.

Como coordenador das áreas da Bahia e de Minas Gerais, tenho me deslocado permanentemente para esses estados e visitado muitas regiões do Nordeste, principalmente os Municípios da Bahia. Monte Santo fica inscrustado exatamente na parte mais

seca do nordeste da Bahia. É vizinho de Canudos, que na história do Brasil é célebre pela Guerra de Canudos.

Está chegando ao meu lado o Líder do PFL, Deputado Luís Eduardo, que conhece bem de perto essa região, mas, lamentavelmente devo dizer a S. Ex^a que tenho feito apelos incessantes ao Governador do Estado da Bahia no sentido de que assuma uma postura mais conseqüente e responsável perante o clima de violência que vive nosso Estado.

Nobre Líder Luís Eduardo, eu gostaria que este recado chegasse diretamente ao governador do Estado da Bahia, e sei o que chegará.

Ontem, fui ao Ministério da Justiça solicitar ao Ministro daquela Pasta segurança pessoal para me deslocar pelo interior da Bahia. Há dias fui constrangido pelo Prefeito de Cafarnaum, que me impediu de exercer o mandato de Deputado naquele Município.

Espero que fatos como o que está hoje publicado no jornal não se repitam. Trata-se de um problema simples: o Prefeito mandou construir um muro para propositadamente impedir o acesso de veículos a uma creche que está sendo construída pela igreja local. Imaginem V. Ex^a quando se tratar de questões relativas às frentes produtivas de trabalho, às cestas básicas, à manipulação que o Prefeito faz com todos os recursos encaminhados aos Municípios do Nordeste, para minorar o sofrimento daquelas populações!

Quero registrar minha solidariedade ao povo de Monte Santo, meu repúdio e minha condenação, mais uma vez, ao Prefeito daquela cidade, Dr. Ariston, que insiste em administrar aquele Município como um coronel, igualzinho a tantos dos tempos passados, que levaram Antônio Conselheiro e todos os seus seguidores a promover um massacre.

MATÉRIA A QUE SE REFERE O ORADOR:

MULTIDÃO EM MONTE SANTO DERRUBA O "MURO DA VERGONHA" FEITO POR ARISTON

Centenas de pessoas saíram, na tarde de ontem, em passeata pelas ruas de Monte Santo e, munidas de picaretas, marretas e pás, derrubaram o chamado "Muro de Vergonha" – parede erguida pelo prefeito Ariston Andrade ao longo da rua João Cordeiro para impedir o acesso de veículos à Casa de Assistência à Criança e Promoção da Mulher, obra que está sendo realizada pela Igreja Católica.

A obra da igreja foi iniciada em 1992. Em setembro do ano passado, Ariston Andrade ergueu o muro e os trabalhos de construção da Casa de Assistência à Criança e Promoção da Mulher acabaram paralisadas. A revolta da população deu-se, principalmente, por conta da situação de calamidade vivida pelo município de Monte Santo, onde foram registradas oito mortes de crianças por dia, vítimas da fome e da seca entre janeiro e outubro de 1993.

A cena, medidas as devidas proporções, assemelhou-se à da queda do Muro de Berlim. Enquanto dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e animadores da Igreja Católica puxavam no carro de som palavras de ordem e entoavam cânticos religiosos, as pessoas da cidade e do campo iam subindo, aos poucos, no "Muro da Vergonha", que acabou sendo derrubado parcialmente pela multidão. Pelo menos o acesso às obras da paróquia ficou livre.

Nem mesmo a chegada da Polícia Militar, em duas viaturas, fez os manifestantes recuarem. O tenente Mota Lima tentou responsabilizar a Deputada Maria José Rocha (PT), presente ao ato, pela ação de derrubada do muro. Ele ainda a convidou para acompanhá-lo à presença do juiz da Comarca, José Darvind Menezes de Araújo, mas desistiu diante dos argumentos de que a população é que pôs a parede abaixo e a imunidade parlamentar gozada por Zezé não permitia tal convocação, semelhante a uma detenção.

Maria José fez um acordo com os policiais para retirar os manifestantes da rua João Cordeiro, onde era forte o clima de tensão, e levá-los à Praça da Matriz. Os responsáveis pela ação, em sua maioria trabalhadores rurais, comemoraram a vitória "contra a opressão e os desmandos do prefeito". O caso do Muro da Vergonha – nome dado pela população ao obstáculo colocado por Ariston – está *sub judice*. Cansados de esperar uma solução da Justiça em relação à ação impetrada pela Igreja contra o ato do prefeito, os moradores de Monte Santo decidiram fazer justiça com as próprias mãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Chico Vigilante.

O SR. CHICO VIGILANTE (PT – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, hoje os noticiários da imprensa, especialmente do *Correio Braziliense* e da *Folha de S. Paulo*, deixam clara uma questão que vínhamos apontando há algum tempo: a artificialidade da crise entre os Poderes da República.

Hoje fica muito claro que a crise, além de não ter base para existir, parecer estar fundamentada acima de tudo no ciúme que o Exm^o Sr. Presidente da República, Itamar Franco, sente do Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Henrique Cardoso. E isso era previsível. Todo mundo sabe da "vaidade topetuda" do Sr. Presidente. A partir do momento em que S. Ex^a começou a ficar encantado, desprezado e desacreditado perante a opinião pública, especialmente após o episódio Lilian Ramos, no Sambódromo, tinha de encontrar uma saída para novamente tentar atrair a atenção da imprensa e da opinião pública.

O pior de tudo é que agora, depois que a imprensa percebeu a artificialidade da crise, a situação do Sr. Itamar Franco irá piorar. S. Ex^a criou uma crise em cima de um fato sem substância para alimentá-la. Talvez S. Ex^a não saiba que isso representa uma trombada da medida provisória editada por S. Ex^a contra a própria Constituição brasileira, especialmente em se tratando de artigo votado por S. Ex^a e pelo Ministro da Fazenda, que determina o repasse dos recursos dos Poderes Judiciário e Legislativo no dia 20.

No mínimo o Presidente da República deveria, através de rede de rádio e televisão, se desculpar perante a Nação brasileira pela intransigência causada devido a uma crise que mais parece briga de meninos de rua. Um chefe de governo não pode chegar a esse ponto!

Sr. Presidente, parece-me que efetivamente perderam a cabeça.

Vejo agora, na minha frente, o nobre Parlamentar Gonzaga Mota, homem sério e respeitado nesta Casa. Há poucos dias S. Ex^a foi aplaudido e elogiado pelo Sr. Fernando Henrique Cardoso por ter produzido um magnífico relatório sobre a Emenda Constitucional do Fundo Social de Emergência. O nobre Deputado foi chamado ao Ministério para o café da manhã e tudo o mais. Porém, menos de quinze dias depois de ter prestado excelente trabalho, segundo sua coerência e honestidade, embora não tenha cometido nenhum deslize, nenhum ato desonesto, pela confiança que havia adquirido desta Casa, do próprio Presidente da República e do Sr. Fernando Henrique Cardoso, é indicado por seu partido, sem dúvida por orientação do Palácio, para fazer um relatório sobre a medida provisória que trata da conversão salarial.

Nobre Deputado Amaury Müller, V. Ex^a e eu, membros da Comissão do Trabalho, sabemos da dificuldade de negociação e vimos que S. Ex^a, o Deputado Gonzaga Mota, elaborou uma importante peça: o projeto de conversão da medida provisória. Mas como essa peça não interessou à Administração Federal, nem à

classe dominante, o Governo, por intermédio do Ministro Fernando Henrique Cardoso, tenta desautorizar o Deputado Gonzaga Mota, dizendo que seu projeto de conversão é demagógico, eleitoreiro e irresponsável.

Não tenho procuração para defender o Deputado Gonzaga Mota. S. Ex^a não é do meu partido, mas creio ser dever dos homens honestos nesta Casa defender a seriedade com que os Parlamentares trabalham. Portanto, não posso aceitar que alguém, como o Ministro Fernando Henrique Cardoso, venha dizer que o projeto de conversão, fruto de negociação, não seja de autoria do Deputado Gonzaga Mota, e que seja um projeto eleitoreiro e demagógico, até porque S. Ex^a, para se reeleger Deputado Federal na sua terra, Ceará, não precisa ser demagogo e hipócrita. Neste instante, o único cidadão que joga com demagogia e hipocrisia neste País é o Sr. Fernando Henrique Cardoso. Não nós, humildes deputados, Deputado Gonzaga Mota, outros companheiros e eu.

Não precisamos de hipocrisia e demagogia para tentar a reeleição. Portanto, repudio, de maneira veemente, as afirmativas de que o projeto de conversão é demagógico e eleitoreiro. Esse é o ponto de vista do Sr. Fernando Henrique Cardoso, que não sabe o que fazer com seu plano econômico, que está fazendo água por todos os lados e é um barco à deriva.

Agora, a seis dias de se afastar do cargo de Ministro para se candidatar à Presidência da República, não sabe que mensagem levará à Nação brasileira. A inflação não caiu, os trabalhadores estão tendo perdas salariais, as greves estão pipocando e S. Ex^a não saberá efetivamente o que dizer ao povo brasileiro.

O SR. PAULO DELGADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adylson Motta) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, a bancada do **quorum** não é suficiente. A angustiada sexta-feira soma-se à angustiada segunda-feira e agora à "gazeta santa" da próxima semana.

E o que fazer? Pouquíssimos Deputados e Senadores passam a semana aqui. O que fazer, Sr. Presidente?

A perda de auto-estima do Congresso Nacional é preocupante. Não sei se um grupo de Parlamentares acha que não será reeleito a partir da próxima Legislatura e já começa a procurar outras formas de trabalho, ou se realmente a incapacidade do Congresso Nacional para discutir as questões fundamentais de nosso País vai se tornando cada vez mais grave, e o Parlamento vai virando um cronicário dos problemas nacionais.

Se nós tivermos sensatez e objetivo definido em relação às angústias e às reais necessidades do povo brasileiro, votaremos ainda hoje a medida provisória. Assim, o Governo não terá necessidade de reeditá-la.

Nosso Líder nesta sessão, Deputado Eduardo Jorge, acaba de fixar a posição do nosso partido: Não vejo por que essa intransigência, que vai prolongar um pouco mais a agonia dos políticos e, mais do que isso, da população, não sua visão dos políticos inapetentes para o exercício do poder e a tomada de decisões.

A situação tem de ser definida de maneira urgente. O Poder, que se recusa a exercer seu poder, passa para a população a idéia de que não tem competência.

Sr. Presidente, estamos abertos à negociação com o Governo. Sabemos da necessidade de se fixar as condições claras e concretas do plano econômico. Não somos daqueles que acham que é possível impor ao Governo um projeto contrário ao que ele quer. Não é esse o espírito do projeto de conversão. A ênfase nesse ou

naquele ponto colocada a mais pelo Parlamento é produto da natureza do sistema de divisão de poderes. Divide-se o poder para que se possa ter um exercício não-arbitrário dele. Quem não admite a divisão do poder, a **contrario sensu** de Montesquieu, quer o poder monárquico. Devia, então, ter defendido a Monarquia no plebiscito realizado no ano passado.

Sr. Presidente, gostaria de registrar o que me parece ser uma fatalidade. Na semana que vem teremos a mesma situação, e aqueles que estão preocupados com o exercício do poder por este Parlamento não terão força suficiente para trazer aqui aqueles que, sendo uma maioria ausente, não permitem que os presentes tomem decisões.

Deixo aqui este protesto contra essa cronificação do funcionamento do Parlamento, contra essa situação quase terminal de poder numa legislatura que termina no final deste ano e não agora, como está parecendo.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Para uma Comunicação de Liderança, concedo a palavra ao nobre Deputado Germano Rigotto, Líder em exercício da bancada do PMDB.

O SR. GERMANO RIGOTTO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta sessão do Congresso Nacional foi convocada para darmos continuidade à discussão da Medida Provisória nº 434.

Vamos deixar clara, mais uma vez, a posição do PMDB, inclusive levada às demais bancadas. O PMDB não está tirando os Deputados do plenário porque não quer fazer a análise dessa medida. Entendemos que não estamos preparados para votar a Medida Provisória nº 434. Por quê? Talvez os colegas que não participaram do processo de negociação – e eu participei dele na fase final – não entendam por que não estamos preparados para votar. Se observarmos o projeto de conversão do Deputado Gonzaga Mota, veremos que ele está baseado na última proposta feita ao Executivo. Agora, pergunto aos Deputados Gonzaga Mota, Paulo Paim, Amaury Müller, Paulo Rocha, Rodrigues Palma e aos Deputados que estavam presentes na última reunião realizada no Ministério da Fazenda se conseguimos o sinal verde do Governo para essa proposta. Não conseguimos. Há a certeza, Sr. Presidente, do veto, principalmente na questão maior, ou seja, a reposição de perdas nos salários dos trabalhadores.

Tive oportunidade de dizer ao Ministro Fernando Henrique Cardoso que tínhamos de achar um texto que determinasse a certeza da reposição de perdas, se houver. Mas a preocupação, Sr. Presidente, é que a proposta contida no projeto de conversão abra brecha não para reposições de perdas surgidas com a conversão dos salários para URV, mas para outras reposições que não estão em discussão.

O Deputado Gonzaga Mota fez o que tinha que fazer, ou seja, embutiu no projeto de conversão a última proposta feita. Mas não se avançou suficientemente nessa proposta para garantir que o trabalhador teria, sim, aprovado o projeto de conversão, a reposição de possíveis perdas. É bom deixar isso bem claro. Então, votar o projeto de conversão para fazer o que é a nossa obrigação, o que é a obrigação do Congresso Nacional, para se afirmar perante o Executivo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, pode resultar em nada em termos de conseguir aquilo que todos nós desejamos, ou seja, proteger o trabalhador de possíveis perdas no momento da conversão. Mas isso, com certeza, servirá de argumentos para aqueles que já estão dizendo que o Congresso Nacional está retalhando e inviabilizando o plano econômico.

Queremos deixar claro que defendemos o avanço nesse processo de negociação.

Sr. Presidente, os Líderes do Governo foram à tribuna para informar que o Executivo gostaria de reeditar a medida provisória, e sabendo-se, como se sabe hoje, que a própria reedição da medida provisória poderá permitir a solução do impasse entre o Judiciário e o Executivo, pergunto aos colegas, com toda a tranquilidade, porque entendo o jogo de braço, o marcar a posição política, o deixar os partidos que dão sustentação ao Governo numa posição difícil ao dizer que eles são contra o trabalhador, se a reedição da medida provisória daqui a quatro, cinco, seis dias não poderá determinar que se vote com mais tranquilidade neste plenário. Será que com a reedição da medida provisória, daqui a sete dias, não teremos muito melhores condições de votar, inclusive um projeto de conversão?

Devo dizer que o processo de negociação feito pelo Congresso Nacional não se encerrou. Ele avança.

O Sr. Miro Teixeira – Nobre Deputado Germano Rigotto, V. Exª me permite um aparte?

O SR. GERMANO RIGOTTO – Pois não, Deputado Miro Teixeira.

O Sr. Miro Teixeira – É que ouvi pela primeira vez uma tese neste plenário. É a tese de que só devemos aprovar aquilo que temos certeza de que o Poder Executivo não vetará. Isso é objeto de grande reflexão. V. Exª, Deputado Germano Rigotto, disse isso aqui. Pode consultar as notas taquigráficas. E muito mais que as notas taquigráficas, a gravação da sessão, e os presentes aqui não me desmentem. Pode ser que eu esteja errado. Tenho quase certeza – e socorram-me aqui os companheiros – de que não estou. Foi o que eu ouvi. E isso não pode passar em brancas nuvens. Não podemos imaginar que o Congresso Nacional só pode aprovar uma matéria depois de estar convencido de que o Presidente da República não a vetará. Até esperei para ver se o Deputado Germano Rigotto, na sequência do discurso, corrigia o seu ponto de vista. Mas não, S. Exª o confirmou, o repetiu. No meu entendimento e no de todos aqueles que defenderam e ainda defendem a votação de medida provisória, não há nenhuma queda de braço entre partidos. Há sim, uma visão da importância do Poder Legislativo. Também não há queda de braço com nenhum outro Poder. Todavia, ou entendemos que não somos cínicos e passamos a não suspeitar da atitude de qualquer outro companheiro que divirja de nós e passamos a acreditar na verdade de cada um, sustentando seu ponto de vista por uma convicção ideológica e partidária, procedimental, e não para tirar vantagem sobre o outro partido, ou, então, as relações ficarão complicadas, civilizadamente complicadas.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Deputado Miro Teixeira, quero agradecer V. Exª

O Sr. Miro Teixeira – Se V. Exª permitir que eu conclua o aparte, nobre Deputado.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Mas assim não terei condições de concluir o meu pronunciamento, Deputado.

O Sr. Miro Teixeira – Democraticamente.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência adverte que o aparte só é concedido com o assentimento do orador, até porque será computado no tempo de S. Exª

O Sr. Miro Teixeira – Sr. Presidente, não temos o plenário com uma afluência tão exuberante a ponto de não se permitir uma certa flexibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência até está incentivando o debate, que, aliás, não tem existido nesta Casa, mas gostaria que fossem observadas as regras regimentais.

O Sr. Miro Teixeira – Vou concluir, Sr. Presidente, e deixarei para falar numa oportunidade que se seguirá. Porém, não gostaria que passasse em brancas nuvens essas duas afirmações. E repito: não aparteei imediatamente após a expressão, esperando que houvesse uma reflexão ao longo do discurso.

O SR. GONZAGA MOTTA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Como Relator da medida, tenho precedência.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Se for um aparte, V. Exª poderá solicitar ao orador, diretamente.

O Sr. Gonzaga Motta – Sr. Presidente, apenas para esclarecer ao meu prezado correligionário e companheiro Deputado Germano Rigotto que estive negociando várias vezes com o Ministro Fernando Henrique Cardoso e sua equipe, mas jamais passei pela minha cabeça buscar no Ministério da Fazenda sinal verde, vermelho ou amarelo. Quero realmente buscar o sinal aqui nesta Casa. (Palmas.) Esta Casa é independente. Na qualidade de Relator, meu caro Líder, quero dizer que vou negociar. Continuo negociando, não tem problemas, mas jamais Ministro algum me dará sinal verde, amarelo ou vermelho. (Palmas.)

O SR. GERMANO RIGOTTO – Agradeço aos Deputados Miro Teixeira e Gonzaga Mota os apartes. Sr. Presidente, como V. Exª pode ver, estou em minoria aqui neste plenário. A bancada oposicionista é aguerrida, está firme.

Sr. Presidente, é muito importante esse tipo de debate em plenário. Diz-se nesta Casa que aquilo que acontecia antigamente não acontece mais, ou seja, não existe mais o debate ideológico, político, com as posições claras dos partidos.

Deputado Miro Teixeira, eu disse que teríamos o veto porque isso foi abordado mas é evidente que podemos chegar aqui e votar. Quem não sabe disso? O Poder Legislativo pode aprovar um projeto que pode vir a ser votado e depois tentar derrubar este veto.

Nobres Deputados Miro Teixeira e Gonzaga Mota, o lógico é tentarmos avançar um pouco mais nessa negociação. É um pedido feito publicamente pelo Ministro a todos os Líderes. S. Exª não disse que não queria que votássemos. Não, ele pediu aos Líderes de todos os partidos que não votassem porque ele pretendia reeditar a medida provisória.

É bom que se diga que essa não é uma medida provisória que mexe somente na questão salarial, é um plano econômico. Se daqui a dez dias entendermos que devemos votar um projeto de conversão, vamos votá-lo. Agora, eu pergunto: será que cinco, dez dias significam o fim do mundo? Não poderemos votar depois com muito mais certeza de estarmos aprovando algo que seja o resultado de uma negociação? Com a possibilidade, não de ter um veto, mas de conseguirmos aquilo que está pendente?

Deputada Maria Laura, tenho convicção de que na Medida Provisória nº 434 – estou dizendo claramente – não é certa a reposição dos salários com a conversão.

O Governo diz que temos que repor e essa reposição pode acontecer através da livre negociação. Eu perguntei ao Ministro – e os Deputados Gonzaga Mota, Paulo Paim e Paulo Rocha são testemunhas – como vamos garantir a reposição de perdas para aquela categoria que não tem um sindicato forte, uma estrutura sindical forte para protegê-la? Fiz esta pergunta na última reunião, há três dias, no Ministério. Estávamos a um passo – o Deputado Amaury Müller viu – de conseguir uma proposta alternativa ao texto e também aquilo que o Governo deseja, que é manter o texto da Medida Provisória nº 434.

Acredito na possibilidade desse entendimento, mas, se não o conseguirmos, votaremos o projeto de conversão. Só acho que

esse assunto ainda não está maduro. Ainda podemos avançar nesse processo de negociação, Deputado Miro Teixeira, oferecendo o instrumento que talvez o Poder Executivo precise para resolver essa crise entre Executivo e Judiciário: a reedição da medida provisória. A crise foi gerada, como afirma o nobre Deputado Hélio Bicudo, mas temos de tentar encontrar uma saída.

O Sr. Paulo Delgado – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GERMANO RIGOTTO – Pois não, nobre Deputado Paulo Delgado.

O Sr. Paulo Delgado – A Constituição determina que se vote em trinta dias. O Governo não pode rasgar a Constituição. Se ele sabe que é esse o prazo, não é possível querer agora mais trinta dias.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Deputado Paulo Delgado, está é uma das questões que teremos de enfrentar na Revisão Constitucional, que, infelizmente, por falta de agenda política, de uma agenda negociada, está emperrada. Poderemos avançar se nos entendermos a respeito de uma agenda mínima, que priorize questões como essa. Venho defendendo isto há muito tempo. Se não mexermos na Constituição, se esta Revisão não avançar, teremos reedições e reedições de medida provisória, quando existe proposta que permite uma reedição ou apenas a ampliação do prazo. São duas propostas. Se a Constituição Federal permite a reedição da medida provisória e está havendo um pedido para que ela seja reeditada, considerando tratar-se de um plano econômico para o País, isso não significa dizer que em dez dias não votemos um projeto de conversão. Existe essa possibilidade, Sr. Presidente. Vamos expô-la com clareza. É possível avançarmos nessa negociação. Aquilo que hoje não parece claro, aquilo que, de repente, é contestado, daqui a sete, oito, dez dias poderá se converter em um texto muito mais claro, que garanta aquilo que se deseja.

Sr. Presidente, queria deixar aqui esta minha posição.

O Sr. Magno Bacelar – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERMANO RIGOTTO – Pois não.

O Sr. Magno Bacelar – Nobre Líder, inicialmente, gostaria de cumprimentá-lo pelo idealismo característico dos jovens, como V. Ex^a

O SR. GERMANO RIGOTTO – Obrigado.

O Sr. Magno Bacelar – S. Ex^a, nobre Deputado, propõe que os debates se realizem em nível elevado e que se voltem aos tempos das tertúlias, em que se discutiam os problemas do Brasil. Mas, na verdade, nobre Líder – e foi por isso que pedi o aparte – quando vejo V. Ex^a solicitar desta Casa a compreensão para que se examine, dentro de mais de dez ou quinze dias, essa medida provisória, lembro que a cada momento vemos e ouvimos pela imprensa a declaração do Sr. Presidente da República de que não negocia. Tentativas têm sido feitas ao longo desses oito dias, e não se tem conseguido nada, o que fica muito mal para este Congresso Nacional. Aproveito as palavras de V. Ex^a convocando-nos para o debate, para dizer que está havendo um desencontro entre a Mesa, o Plenário, a Direção da Casa e o Poder Legislativo, como um todo. É que ficam convocadas essas sessões. Estamos aqui e aqui permanecemos, mas não há verificação de quorum, não se sabe quem está na vala comum, quem trabalha, quem aqui permanece. Cumprimento V. Ex^a, embora discorde de qualquer possibilidade de se negociar com o Governo, que não quer negociar, e com um Ministro que, infelizmente, é candidato à Presidência da República e mostra desde agora que será um ditador no poder.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Agradeço a V. Ex^a o aparte. Concluo dizendo que ainda vejo espaço para conseguirmos avançar nessa negociação. Os últimos dias foram difíceis. Na verdade, parece que felizmente estamos vendo uma luz para que esse processo, essa crise entre os Poderes termine de uma vez por todas. Quem sabe, a partir de hoje ou de segunda-feira, possamos avançar para uma negociação que leve ao aperfeiçoamento da medida provisória e que leve inclusive o Congresso Nacional a auxiliar o Governo no gerenciamento e administração do próprio plano econômico.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ADROALDO STRECK – Sr. Presidente, peço a palavra para uma Comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência concede a palavra, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB, ao nobre Deputado Adroaldo Streck, e sugere a S. Ex^a que ocupe uma das tribunas para facilitar o acompanhamento do aparte.

Sobre esse detalhe, já que tem sido prática um pouco esquecida nesta Casa, vou-me permitir, para haver disciplina nos debates, ler agora o dispositivo disciplinador pertinente, usando o Regimento do Senado, que é o primeiro aplicado, subsidiariamente, nas sessões do Congresso Nacional.

Diz o art. 14, inciso X:

Art. 14.

"X – para apartear, por dois minutos..." (Então, há a limitação de dois minutos) "...obedecidas as seguintes normas:

a) o aparte dependerá de permissão do orador, subordinando-se, em tudo que lhe for aplicável, às disposições referentes aos debates;

b) não serão permitidos os apartes:

– ao Presidente;" (o que tem sido muito comum na Casa, é bom que se ressalte)

– a parecer oral;

– a encaminhamento de votação, salvo nos casos de requerimento de homenagem de pesar ou de voto de aplauso ou semelhante;

– à explicação pessoal;

– à questão de ordem;

– à contradita a questão de ordem;

c) a recusa de permissão para apartear será sempre compreendida em caráter geral, ainda que proferida em relação e um só Senador;

d) o aparte proferido sem permissão do orador não será publicado;

e) ao apartear, o Senador conservar-se-á sentado e falará ao microfone; (esse caso é privativo de Senador; não se aplica, porque não temos microfones em todas as bancadas.)

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adroaldo Streck, que, por vinte minutos, nos termos regimentais, falará pela Liderança do PSDB.

O SR. ADROALDO STRECK (PSDB – RS. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas, custa-me acreditar no que acabei de ouvir neste plenário. Há poucos instantes, um orador dizia que o Ministro Fernando Henrique Cardoso é um ver-

dadeiro ditador e ainda se propõe a chegar à Presidência da República. Ora, em nenhum momento da história desta Casa tivemos um Ministro da Fazenda que aqui tenha estado tantas vezes para debater e discutir com os seus colegas, já que o Ministro da Fazenda é nosso colega, ainda tem mandato de Senador.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência pede permissão ao orador apenas para comunicar que vai determinar a abertura do painel, uma vez que todos os presentes estão solicitando essa providência.

Então, será feita a abertura do painel, e já aproveito para convocar os Srs. Parlamentares – Senadores e Deputados – que se encontram em seus gabinetes e demais dependências da Casa a virem ao plenário, a fim de registrar suas presenças.

Agradeço ao orador a gentileza.

Continua com a palavra o Deputado Adroaldo Streck.

O SR. ADROALDO STRECK – Então, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é lamentável que Deputados e Senadores se manifestem de forma tão agressiva em relação ao Ministro da Fazenda, que está tentando pilotar um plano difícilíssimo, um plano com começo, meio e fim – o que até hoje não se havia visto na história desta República –, inclusive correndo riscos ao tomar certas medidas, algumas duras, caso, como corre em voz unânime aqui dentro, o Ministro Fernando Henrique Cardoso seja candidato à Presidência da República. Imaginem V. Ex^{as} se ele não o fosse...

Nunca antes – repito – esta Casa teve oportunidade tão grande de ajudar a colocar em prática um plano econômico que venha a resgatar a dignidade do trabalhador brasileiro. O assalariado tem servido de pretexto para manobra de partidos que têm crescido sobre a desgraça da mão-de-obra brasileira. E vejo aqui, sim, muitos companheiros nossos que na menor oportunidade implodiriam esse plano para fazer proselitismo político e conseguir uma reeleição em 3 de outubro, porque para eles o que interessa mesmo é a próxima eleição, não é a próxima geração. É este o lamentável equívoco de lideranças nossas, em desconformidade com a atualidade do mundo e, conseqüentemente, do Brasil, lideranças que, quando vêem um plano como esse do Ministro Fernando Henrique Cardoso, com começo, meio e fim, apavoram-se, porque vão perder a sua oportunidade de fazer votos com aquele proleísmo demagógico.

O Sr. Gerson Camata – Permite-me V. Ex^{as} um aparte?

O SR. ADROALDO STRECK – Com prazer, Excelência.

O Sr. Gerson Camata – Ilustre Deputado Adroaldo Streck, quero primeiro cumprimentar V. Ex^a e o Líder do PMDB em exercício, Deputado Germano Rigotto, pela lucidez com que abordaram aqui o problema que estamos vivendo nestes dias, no Brasil, com relação a esse plano, e dizer que nesta hora, em que estamos às voltas com uma crise sem precedentes no País, uma crise econômica que vai desaguar nessa crise política e no processo eleitoral, há necessidade de uma tomada de consciência, de seriedade do Parlamento, que faz parte do Governo brasileiro. Estamos habituados, talvez pelo regime militar absolutista que tivemos, a dizer "o Governo", "este Governo", mas o Governo somos o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Todas essas mazelas que existem na vida do brasileiro não são culpa do Poder Executivo, são culpa do Governo. É uma culpa coletiva. E o Congresso Nacional precisa bater no peito, porque tem parte da culpa por essas mazelas que estão acontecendo. Veja V. Ex^a, discordo do Líder Germano Rigotto, quando S. Ex^a diz que temos de buscar o consenso e a negociação. Nelson Rodrigues dizia que todo consenso é burro. Fizemos uma Constituição, em 1988, pelo consenso. Uma Constituição burra. O Brasil, daquela Constituição para cá, só vem pio-

rando. É uma crise atrás da outra, a inflação sempre crescendo, um problema atrás do outro; temos agora a chance de corrigir tudo isso e não estamos corrigindo. Continuamos na busca do tal consenso, a tal burrice. Há necessidade de o Governo definir uma linha de atuação de colocarmos em votação o plano, quando amadurecer o processo. E a maioria do Governo vai votar. Aquele que perder pode fazer um plano ou apresentar uma alternativa de plano econômico. Sem esse plano, com essa inflação galopante, tenho certeza e os fatos estão comprovando que vamos ter a eleição mais tumultuada e sangrenta da história do Brasil. Não é o que queremos. Acho que há necessidade de uma tomada de consciência. Que o Plenário ouça as palavras de V. Ex^a e do Deputado Germano Rigotto para que se busque, no Governo, aqueles que podem, nesta hora, como disse V. Ex^a, olhar um pouquinho à frente do nariz e pensar no País, esquecer as candidaturas e pensar que podemos até não sobreviver. Esse processo vai agravar-se se não tivermos a oportunidade de acalmar a crise econômica. É como se dois rios como o Amazonas estivessem prestes a se encontrar. A pororoca estará à nossa frente na hora em que se chocarem as duas crises, a política, sem precedentes, e a econômica. Se confluírem no mesmo talvegue, no mesmo leito do rio, poderiam explodir as margens. A lucidez de V. Ex^a e a sua convocação constituem uma voz que ecoa, chamando a atenção de todos nós. Cumprimento V. Ex^a desculpando-me pelo alongamento do aparte, que é necessário para reforçar a tese defendida por V. Ex^a com tanto brilhantismo.

O SR. ADROALDO STRECK – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Gerson Camata, o aparte e prossigo em meu pronunciamento.

Imaginem V. Ex^{as}: querem aqui apresentar o Ministro Fernando Henrique Cardoso como o algoz do trabalhador. Julgam-no um candidato à Presidência da República que – como ouvi vários dizerem – quer construir a grandeza de sua candidatura sobre os escombros da classe trabalhadora. Seria uma estupidéz, uma insensatez do Ministro.

O Sr. José Genoíno – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADROALDO STRECK – Com prazer, Excelência.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Estou perplexo, pois parece-me que as pessoas só estão preocupados em defender o Ministro Fernando Henrique Cardoso. E quanto ao Presidente Itamar Franco? Nós estamos num sistema presidencialista! Mas, nos últimos dias, o referido Ministro não teve sucesso com os diálogos travados com o Presidente da República. O problema, insisto desde ontem, refere-se às lideranças que apóiam o Governo. Penso que essas Lideranças devem manifestar-se claramente. Para ser franco, Deputado Adroaldo Streck, sei que interpreto o pensamento de V. Ex^a, mesmo que não possa manifestá-lo. O Líder do Governo teria de aceitar e sustentar um acordo conosco, teria de "bater o martelo", procurar o Presidente e dizer: ou V. Ex^a aceita o acordo ou não sou mais o Líder do Governo. O Presidente Itamar Franco, inclusive, desrespeitou o Ministro que V. Ex^a está defendendo, como divulgamos jornais de hoje. Quem está dialogando hoje, pelo Governo, não é um Ministro, mas um funcionário do primeiro escalão da Telcel, que está fazendo as negociações. Nobre Deputado Adroaldo Streck, reconheço o esforço de S. Ex^a mas faço uma crítica ao Ministro Fernando Henrique Cardoso. Pelo seu passado, pela sua formação, S. Ex^a não devia ter embarcado, como embarcou, nas declarações intempestivas referentes à relação do Poderes. Devia ter-lhes colocado um freio. Há um limite. Cel. Romão pode fazer declarações como as que faz, mas o Ministro Fernando Henrique Cardoso não. Temos de exigir que o Presidente Itamar Franco enquadre o Cel. Romão. Que história é essa? A discussão política da crise, Deputado Adroaldo Streck, está, realmente, no meu modo de

entender, separada da questão específica dos salários, e ao mesmo tempo a ela relacionada, porque, diante do comportamento temperamental, do despreparo, o País ficou um semana discutindo um assunto que, aparentemente banal, provocou uma crise entre os Poderes. Se isso ocorre, não é só porque a crise é uma comédia, mas porque existe algo mais profundo na relação entre os Poderes. E com relação à atitude do Poder Executivo, acho que V. Ex^a, o Deputado Germano Rigotto e os Líderes do Governo têm que fazer uma diferenciação clara, para que estabeleçamos uma negociação. Vamos sustentar a negociação aqui dentro vamos "bater o martelo" e o Governo terá que aceitar, porque só assim vai valorizar e dar credibilidade aos seus Líderes.

O SR. ADROALDO STRECK – Deputado José Genoíno, agradeço o aparte a V. Ex^a, que, aliás, tem mostrado uma enorme clarividência no exame das questões brasileiras e sabe ceder quando necessário. Aproveito a sugestão de V. Ex^a para propor a este Plenário, a esta Casa que negocie uma trégua com o Governo, que está em dificuldades com esse projeto, com esse plano. (Manifestação no plenário.) Mas é claro que está! Se o plano é algo grande demais, como até hoje não se viu neste País, é necessária uma trégua para que essas negociações possam ocorrer. E é claro que propor uma trégua, em defesa do interesse do País, para determinados grupos aqui dentro, soa como ofensa às candidaturas que cada qual lança à Presidência da República. V. Ex^s já imaginaram? Dentro de mais alguns dias, a inflação declinando, e isso refletindo no poder de compra dos salários, acaba o discurso de um determinado segmento da política brasileira que está apostado no "quanto pior, melhor". É este o temor que estamos percebendo neste momento da vida brasileira: o medo de cair a inflação, de o trabalhador comprar mais com o que ganha, a oferta de emprego crescer e com ela a perspectiva de não eleger candidatos à Presidência da República. É o que está em jogo neste momento.

Ouçõ, com muito prazer, o aparte do Deputado Amaury Müller.

O Sr. Amaury Müller – Deputado Adroaldo Streck, quero louvar a atitude de V. Ex^a ao exaltar até os limites do possível e do imaginável a figura da "Criatura", o perfil magnífico do Ministro Fernando Henrique Cardoso, que não é nenhum ditador porque não pode ser. Se estivéssemos sob a égide da Constituição de 1937 ou da Constituição outorgada de 1967, com certeza S. Ex^a seria um ditador. Mas é apenas um Primeiro-Ministro num regime presidencialista. É quem decide tudo. Participei de várias reuniões, inclusive para tratar de uma anistia – que muitos negam, embora sobre o assunto se tenham debruçado em suas manifestações – que não avança exatamente porque o obstáculo se chama Ministério da Fazenda. Cria-se, matematicamente, situações inexistentes, líricas, para impedir que as vítimas do regime Collor possam ser readmitidas, e apenas readmitidas, em seus empregos. E o obstáculo chama-se Ministério da Fazenda. Por ironia, o Ministro chama-se Fernando Henrique Cardoso. Agora, quando V. Ex^a concluir a exaltação da figura do Ministro e se debruçar sobre a criação do "Criador", reserve-me, se for possível, o direito de apartear-lo novamente, para demonstrar, com clareza meridiana e solar, que esse plano, embora possa dar resultados, no seu início é profundamente lesivo e perverso. Lesivo, porque está prejudicando o salário dos trabalhadores e dos servidores públicos; perverso, porque não se abre para uma negociação. E não estamos fazendo aqui, Deputado Adroaldo Streck, senão a nossa obrigação, cumprindo o nosso dever. Mesmo que queiramos que se esgote o período constitucional de vigência da medida provisória para que haja a edição de uma nova MP, temos o dever de estar aqui; é o que diz a Resolução nº 1, que trata exatamente da regulamentação do art. 62. Os cinco úl-

timos dias de vigência da medida provisória têm que ser destinados a sessões contínuas e permanentes, na tentativa de que ela seja votada. Estamos apenas cumprindo essa determinação. Agora, se é possível a abertura para uma negociação, estamos dispostos a negociar. V. Ex^a ainda não tocou nessa questão. O Deputado Germano Rigotto, cuja atuação exalto e louvo, abre essa perspectiva. Mas quem chancela essa declaração do Deputado Germano Rigotto, que não é Líder nem Vice-Líder do Governo? Se ouvissemos do Senador Pedro Simon uma afirmação, aqui e agora, dando-nos a certeza, a convicção de que haverá abertura para um debate, para uma negociação, a fim de se corrigirem imperfeições da Medida Provisória nº 434, não tenha dúvida V. Ex^a de que estaríamos de pleno acordo. Ninguém se quer valer da desgraça dos trabalhadores para faturar eleitoralmente. E seria muito bom, muito prudente, se V. Ex^a, ao tocar neste assunto, desse nome aos bois, para sabermos quem está aqui apostando no "quanto pior, melhor", para tirar proveito eleitoral, porque, afinal de contas, há partidos aqui que defendem os trabalhadores, e eu não quero que os confundam com partidos que talvez estejam na mente de V. Ex^a, mas não na sua voz. Seria prudente se V. Ex^a dissesse que partidos são esses que querem o "quanto pior, melhor", e que estão tentando tirar proveito da desgraça, da desdita, da miséria em que vivem os trabalhadores brasileiros.

O SR. ADROALDO STRECK – Nobre Deputado Amaury Müller, não diria partidos, diria Deputados, que sabem que a negociação está aberta. O plano é um livro aberto. Em nenhum momento o Ministro da Fazenda – e aqui tomo a liberdade de falar em nome do próprio – fechou essa perspectiva de se negociar o plano. E a única coisa que deseja – e digo-o a V. Ex^a e aos demais – é abrir possibilidades de se arrumar a casa, para que, em 1º de janeiro, se o Líder de V. Ex^a, Leonel Brizola, for o Presidente da República, possa começar a administrar convenientemente este País; o mesmo em relação ao Líder do Deputado Luiz Gushiken, Lula, a Paulo Maluf, ou a qual seja o candidato que venha a ser eleito: que possa com o auxílio de uma Revisão Constitucional que precisarmos levar até o fim, e também com uma economia estabilizada, fazer o governo de que a classe operária deste País está necessitando para melhorar o seu padrão de vida.

Finalmente, quero repetir o que tanto temos ouvido ao longo dos anos, mas que vale demais para o momento que estamos vivendo neste Congresso: vamos pensar na próxima geração. Eu, por exemplo, já sou avô. Essa eleição de 3 de outubro será apenas mais um episódio nas nossas vidas. Mas não para a próxima geração, não. Os jovens estão exigindo que tenhamos desprendimento e seriedade ao encarar a forte crise que o País atravessa.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra, para uma Comunicação de Liderança pelo PDT, ao nobre Congressista Miro Teixeira, que disporá de vinte minutos, nos termos regimentais, para sua manifestação.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Congressistas, estamos numa sexta-feira nobre. Restabeleceu-se o debate parlamentar, e, curiosamente, numa sexta-feira que precede a Semana Santa. Santa semana para o Congresso Nacional! Estamos, no entanto, percebendo alguns equívocos na atuação parlamentar. Muitos desses equívocos foram registrados por alguns oradores. Não faz mal repassá-los. Por exemplo: Líderes de partidos que apóiam o Governo Vêm para cá e nos pedem que façamos uma trégua com o Governo como se nós tivéssemos editado uma medida provisória, como se a Constituição desse ao Congresso Nacional o poder de editar uma medida provisória e como se essa medida provisória tivesse criado uma grave crise entre os Poderes. Fala-se, depois, em

uma crise de poder, como se o Poder Judiciário tivesse produzido, pela sua ação, uma crise com o Poder Executivo. E o que ocorre é exatamente o contrário. O Poder Executivo é quem está sozinho. Ele não está nem produzindo uma crise, está tentando produzir uma crise, mas não está conseguindo por uma simples razão: a nossa democracia já chegou a um estágio de desenvolvimento muito assemelhado às democracias mais amadurecidas do mundo.

Penso que, se quatro bêbados estiverem discutindo, num bar do Quartier Latin, a possibilidade de o Presidente da República estar envolvido em conversas com militares para golpear a democracia francesa, o ouvinte atento da mesa ao lado terá o cuidado de chamar uma ambulância e mandar recolhê-los a um sanatório. Então, quem falar em crise aqui ou deve merecer tratamento psiquiátrico ou deve refletir politicamente para o que serve uma Constituição, se é possível em uma democracia a palavra crise estar sendo usada a todo instante para intimidar, dissuadir. Este é o instrumento. E estou vendo gente com tradição na esquerda, tradição de lutas democráticas, usando desse instrumento: a dissuasão em vez da persuasão. Não vi qualquer Líder assumir esta tribuna para defender o mérito da medida provisória. Não vi, repito.

Ouçoo os seguintes argumentos: "Não devemos examinar o mérito porque o projeto de lei de conversão pode ser vetado, e, se o for, teremos a crise." Ora, o Congresso Nacional, se deliberar, produzirá crise!. Sabem por quê? Porque seguramente a tecnocracia está sendo eleita pelo povo para fazer as leis. E, seguramente, nós, aqui no Parlamento, estamos sendo nomeados pelo Governo para não fazer lei. Estamos diante do teatro do absurdo de Ionesco.

Vamos restabelecer as coisas aos seus devidos trilhos; e vamos fazê-lo talvez um pouco mais à frente, embora desejasse que o fizéssemos agora. Gostaria até que os Líderes que falaram aqui, defendendo o Governo, pudessem apresentar sugestões para a negociação. Estou pronto para falar em nome do meu partido agora, aqui. Estou pronto para participar de uma negociação agora, aqui. Quero saber, do lado do Governo, quem está pronto, agora e aqui, para participar de uma negociação, sem ser desmentido, no dia seguinte, pelo Presidente da República.

É curioso como Parlamentares que lutaram pelo restabelecimento das prerrogativas do Poder dizem assim: "Mas como, faltando cinco dias para se esgotar o prazo da medida provisória, vamos votá-la? Isto é uma retaliação ao Governo". Mas será que a Constituição – e vamos nos lembrar que temos uma – com aquele prazo de trinta dias para deliberação, que permite a reedição, mas a reedição deve ser exceção e não regra, pode ser ignorada? Será que não deve haver o esforço do Congresso Nacional para deliberar nos 30 dias? Será que não deve haver o esforço para o juízo de admissibilidade ser proferido nos 5 primeiros dias? Será que não nos devemos esforçar para exercer o nosso mandato aqui? Ou será que é proselitismo – que foi outra coisa que ouvi – defender uma convicção?

Essa é uma história que se ouve muito dos eruditos, e os há muitos aqui neste plenário, que estudaram Rocco, o Ministro da Justiça de Mussolini, que imaginava que o Poder Judiciário só servia para atrapalhar os projetos do Governo, que o Parlamento era algo demagógico, que só interessava ao proselitismo e que não atendia aos interesses do Estado.

Tenho certeza de que não estamos caminhando para um Estado fascista; tenho certeza absoluta disso. Nunca vi um Governo espalhar tanto balão-de-ensaio sobre a possibilidade de um golpe sem colar. Se fosse um Governo com credibilidade na opinião pública, bastaria uma centelha e não um fogaréu, como esse que produziu, para alarmar a população. Não vi na população um sinal de alarme. Ao mesmo tempo, percebi o desprezo por este Parlamento,

não pela instituição parlamentar, mas pelo o que este Parlamento tem produzido e deixado de produzir, por omissão, por não entender que tem atribuições constitucionais, porque alguns dos seus membros também não se dão o respeito e demonstram que em suas cabeças admitem assumir postura apenas por proselitismo. Se atribuem a outros é porque eles mesmo seriam capazes de fazê-lo. Apesar de tudo isso, a população brasileira confia em que não há democracia sem Parlamento. E digo a V. Ex^{as} que não há Parlamento sem deliberação. Não estamos aqui para não deliberar, mas para deliberar.

Com relação ao plano, concordo com tudo o que todos os Srs. Líderes de partidos que representam ou apoiam o Governo, nesta Casa, disseram. Eu também gosto muito do Ministro Fernando Henrique Cardoso, um dos políticos mais qualificados de todos os tempos da história brasileira. Foi isso o que eles disseram aqui sobre o Plano. Concordo.

Quando chegar a hora de discutir a data de conversão dos salários do cruzeiro real para a URV – não percebi nenhuma argumentação quanto ao mérito – apresentaremos nossas propostas.

Antes de finalizar, ouço o aparte do nobre Deputado Adroaldo Streck.

O Sr. Adroaldo Streck – Ouço V. Ex^a, com muito prazer, certamente um dos grandes oradores desta Casa, Deputado Miro Teixeira. Gostaria de deixar claro a V. Ex^a ao Plenário que já tivemos situações insólitas, como o confisco da poupança pelo Governo Collor, que nos foi imposto goela abaixo. E, numa imagem que já foi registrada aqui, chegou-nos um tubo de pasta de dente, colocado em um prato, para que o colocássemos de volta. E não foi possível fazê-lo. No entanto e manifestando até um determinado temor, V. Ex^a fala nesta passagem da URV para o real, que é algo muito delicado, Deputado Miro Teixeira. V. Ex^a mesmo disse ...

O SR. MIRO TEIXEIRA – É o contrário. Falei da data de conversão dos vencimentos em cruzeiros reais para URV.

O Sr. Adroaldo Streck – Estou me referindo ao processo como um todo. Essa questão salarial é importantíssima, mas tenha V. Ex^a presente que o País está mudando, dando um giro de 180 graus. V. Ex^a, como acabou de dizer, tem admiração pelo Ministro Fernando Henrique Cardoso ...

O SR. MIRO TEIXEIRA – A minha é sincera.

O Sr. Adroaldo Streck – Penso que de toda a Casa, que conhece a envergadura moral do Ministro e a capacidade política que tem demonstrado conduzir este plano. Deputado Miro Teixeira, quero colocar-me, representando a Liderança do meu partido, o PSDB, neste momento, à disposição de V. Ex^a e de todos, para que essa negociação, que nunca foi interrompida, possa ter prosseguimento daqui a uma hora, quando terminarmos esta sessão, por que não? Estamos aqui para isso. Obrigado.

O Sr. Magno Bacelar – Nobre Deputado Miro Teixeira, permite-me um aparte?

O SR. MIRO TEIXEIRA – Ouço, com prazer, o nobre Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar – Falarei apenas pelo fato de não haver realmente nenhuma Liderança do Governo para negociar com V. Ex^a Estou falando em nome do PDT do Senado para ratificar o que V. Ex^a disse. Tem a representatividade e autorização do partido, tanto na Câmara como no Senado, para negociar, em termos democráticos, essa medida.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Mas agora nos devemos acautelar. Conheço personalidades da Casa que foram negociar, apre-

sentaram fórmulas, discutiram, esforçaram-se, até alguns papéis foram rasgados – felizmente fora do plenário – mas no dia seguinte o Presidente da República apareceu nos jornais dizendo que não autorizava nada daquilo. Então vamos esperar que agora o interlocutor se apresente com crachá, (Palmas.) assinado pelo Presidente da República, autorizando. Interlocutor do Governo agora precisa ter crachá, porque senão no dia seguinte o Presidente da República o estará desmentindo pelos jornais, como fez ao longo desta semana.

Espero, Sr. Presidente, que este nosso clima de fraternidade chegue ao Palácio do Planalto. Não existe no Congresso qualquer **partii pris**, não existe qualquer deliberação, qualquer estado de espírito voltado para produzir uma crise, até porque não há qualquer razão de fundo para uma crise neste momento, que só pode estar interessando a inimigos da democracia.

Concedo o aparte ao nobre Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon – Esta parte do pronunciamento de V. Ex.^a é da maior importância. Eu tenho dito, e o disse hoje na reunião das lideranças, que nós temos obrigação de caracterizar o momento que estamos vivendo. As manchetes dos jornais anunciam crise aqui, crise lá. Eu digo, e tenho repetido, que do momento em que o Pedro Collor fez aquele pronunciamento envolvendo o seu irmão até hoje nós tivemos mais motivos de crise do que todo o Movimento de 1954, todo o Movimento de 1964 e todo o Movimento de 1968. Qual foi a diferença de hoje para aqueles períodos? Em 1954, no "mar de lama", o tiro que atingiu o Coronel Vaz foi o pretexto usado para um esquema de golpe. Desde que Getúlio Vargas se elegeu, inventaram a maioria absoluta porque não queriam que o Dr. Getúlio assumisse, e o então Vice-Presidente Café Filho estava nesse esquema de golpe. Inventaram um motivo. Em 1964, houve a continuação do que acontecera em 1961. O que aconteceu em 1961? O Presidente da República renunciou. Cabia ao Vice-Presidente assumir. Um esquema militar, sem mais nem menos, assumiu a Presidência. E o Dr. Brizola teve que fazer o movimento da legalidade para exigir que o Sr. João Goulart assumisse. E para isso, numa madrugada, fizeram aquele maldito parlamentarismo. E o chamo de maldito porque fizeram tudo errado. Não há jeito de explicarmos que aquilo não era parlamentarismo. Era alguma coisa diferente, chame-se do que quiserem chamar. E ficaram preparados, o esquema ficou montado, e o mote veio em 1964. Vamos ver o que houve em 1964. O Dr. João Goulart assinou o quê? O crime que praticou, se é que assim pode ser considerado, foi ter visitado um sargento no Rio de Janeiro. O restante, os projetos que assinou, o motivo do golpe, porque assinou desapropriação de terras ao longo das estradas, não sei mais o quê, são projetos que assinamos hoje com a maior tranquilidade. Hoje o Brasil está no caminho de trilhar a democracia. Para nos certificarmos disso é só olharmos para todos os lados, é só verificarmos o que ocorre aqui no Congresso Nacional. Nós divergimos, brigamos, sai até pancadaria, mas não existe ninguém aqui que não tenha um compromisso com a democracia: nem o PDT, nem o PT, nem o PMDB, nem o Partido Comunista, nem o PCdoB. Todos têm um compromisso com a democracia. Se olharmos lá fora, veremos que a CUT, a CGT, e a Força Sindical, os empresários de São Paulo, no passado, tiveram participação nos movimentos, assim como a Igreja, a sociedade e as Forças Armadas, o Sr. Euclides Figueiredo, do Movimento Guararapes, sempre existiu. Em qualquer lugar do mundo existem as minorias malucas querendo fechar Congresso ou outras instituições. Esses movimentos vão sempre existir. Em qualquer sociedade existem os que querem o regime da excentricidade, da excepcionalidade. Nós, do Rio Grande do Sul – meus colegas sabem disso – deparamos, de repente,

com um maluco, lá em Santa Cruz, que resolve transformar o Rio Grande do Sul em um novo País, um Estado nazista. Até no "Jornal Nacional", da Rede Globo, ele aparece falando durante dez minutos, em nome do Rio Grande do Sul, como Líder da independência do Estado. É um maluco que não tem ninguém do seu lado. Então, essas minorias existem, mas não valem nada. Agora, o compromisso de todos nós é com a democracia. Pode-se criticar, dizer o que quiser do Presidente Itamar Franco. Mas passar pela cabeça de alguém, de repente, que o Sr. Itamar Franco está mordido, sei eu lá por que, e não tem compromisso com a democracia, acho que seria uma grande injustiça. Dizem que o Presidente Itamar Franco age desta ou daquela maneira, que S. Ex.^a já poderia ter resolvido esta crise, tudo bem. Mas reparem que, de um lado, se diz aqui que há um Primeiro-Ministro, que é o Sr. Fernando Henrique. Antes se dizia que não havia Primeiro-Ministro, que os Ministros da Fazenda vinham e saíam e não podiam trabalhar, porque o Presidente não deixava. De repente, dizem que temos um Ministro muito forte, que faz absolutamente tudo. O mesmo Presidente, que tem um Primeiro-Ministro, que não faz nada, é acusado de estar falando damais, tentando dar um golpe, seja lá o que valha. Não existe isso. Houve um fato, que acho infeliz, se for verdade, não acredito, mas dizem que aconteceu, de que o Chefe de Polícia deu uma declaração de que não cumpre ordem do Supremo Tribunal Federal. Repare V. Ex.^a: só porque o Dr. Getúlio pôs o seu irmão, o "Bejo" Vargas, como Chefe de Polícia no Rio de Janeiro, uma pessoa que não tinha credibilidade, dizem que foi o início do movimento que derrubou Getúlio em 1946. No entanto, um cidadão dá uma declaração como essa, e ninguém leva a sério. Por que ninguém leva a sério? V. Ex.^a vai me dizer: "porque o Governo não tem credibilidade". Seria uma injustiça de V. Ex.^a, até porque geralmente os governos, que dão golpe não têm muita credibilidade. Muitas vezes os movimentos, as violências e os atritos não precisam de credibilidade nem seriedade para serem feitos. Não se deu bola à declaração dele; não se criou aqui uma CPI, não se gritou exigindo a demissão etc., porque não se levou a sério, porque se sabe que o instante que estamos vivendo é de seriedade, de democracia, de afirmação. O Dr. Brizola, que ontem todo o mundo tremia de medo de que não fosse um democrata, hoje todo o mundo sabe que é um democrata e quer ser Presidente pelo voto popular. E o Lula, que na eleição passada parecia o terror dos barbudos, todo o mundo sabe que hoje é um democrata que quer chegar à Presidência pelo voto popular. Isso vale para todo o conjunto da sociedade. Hoje todo o mundo que deseja chegar ao poder sabe que o melhor caminho é a democracia. Ninguém quer mais vinte anos de ditadura militar. Se esta não é a vez do PMDB, se é a vez do PDT, ou do PT, logo adiante, no rodízio da democracia, haverá vez para todos. Então, achamos que é melhor nos darmos as mãos e juntos palmilharmos a estrada, e não seguirmos o exemplo de 1954 e 1964 para dar no que deu. Acho o discurso de V. Ex.^a brilhante. Peço desculpas pelo meu aparte longo. Sabe V. Ex.^a do carinho, do respeito e da admiração profunda que lhe devoto. Acho que estes debates são bons. Eu deveria estar na reunião do meu partido, mas estou participando deste debate. Às vezes fazemos isso no Senado, onde é mais fácil, porque o número de Parlamentares é menor. E mesmo no Senado só fazemos esses debates às sextas-feiras, quando estão presentes quinze ou vinte Senadores. Acho profundamente sadio esse tipo de debate. Muitas vezes esse estilo de diálogo e conversação leva a fórmulas que nos permitem avançar. Não sou o dono da verdade, meu querido Deputado; não estou aqui dizendo que o Governo tem a perfeição; acho que tem muitos equívocos. Mas este Governo foi construído de maneira heterogênea, volto a dizer, porque se originou nas forças que fizeram o impeachment do Presidente da República ante-

rior. Lamentavelmente, pode até ter sido culpa do Governo. Não sei. Sei que não conseguimos montar no Congresso Nacional um conjunto de forças que se unisse à equipe do Presidente Itamar para oferecer um plano mínimo básico para levamos adiante. Srs. Deputados, na história do Brasil duvido que haja uma outra oportunidade perdida igual a esta. Não me lembro de uma oportunidade como esta, quando assumiu um Vice-Presidente que não movimentou uma palha para ser Presidente. Foi a coisa até mais fantástica. Estava lá o Senador do partido de V. Ex^a, Darcy Ribeiro, quando o Presidente do Supremo chamou o Presidente Itamar, dizendo: "V. Ex^a tem que assumir amanhã, quinta-feira". E o Presidente Itamar queria assumir na segunda-feira. "Não. Tem que ser amanhã". "Mas então deixa para sexta". E o Darcy Ribeiro virou-se para mim e disse: "Simon, quando derrubaram o Jango não nos deram duas horas para trazê-lo de avião de Porto Alegre até Brasília, porque, se nos dessem duas horas, ele estaria em Brasília". e disseram que ele estava fora do País. Com uma pessoa que não lutou, que não tem compromisso com o partido, com a ordem econômica, não tem qualquer compromisso, poderíamos ter feito isso. A culpa é um pouco de cada um de nós. Talvez, minha, muito mais do que de V. Ex^a. Penso que perdemos essa oportunidade. Se perdemos essa oportunidade, pelo menos vamos à outra. Qual é a outra? Participarmos de um pleito que seja democrático, que seja livre, e quem ganhar tenha em nós, companheiro de Governo ou companheiro de Oposição, um aliado na busca de perfeição do regime democrático. Muito obrigado.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Veja V. Ex^a como é difícil a atividade parlamentar. Sobre a V. Ex^a o jogo de cintura, que às vezes nos faz perder uma palavra ou outra do que V. Ex^a diz ao microfone. Gostaria que sobrasse esse jogo de cintura no Governo, porque perderíamos umas palavras e poderíamos usar o arquivo (Palmas.) que não nos falta, e nos livraríamos, enfim, dessa sina. O aparte de V. Ex^a. é muito bem-vindo; o talento de V. Ex^a até provoca certa confusão dos fatos históricos e os compatibiliza, quando são absolutamente inconciliáveis. E V. Ex^a os mistura, como se fossem a mesma coisa. Acabamos por ficar até em dúvida, em função do talento de V. Ex^a., que falou sobre 1954 e 1964 e sobre o **impeachment**. Em 1954 e 1964, não se deu a sucessão constitucional, porque a direita não estava no poder.

No **impeachment** pudemos ver a sucessão presidencial porque a direita estava no poder. V. Ex^a. há de concordar com isso, pois V. Ex^a. foi uma das figuras mais atuantes da Comissão Parlamentar de Inquérito da qual eu fiz parte.

E nós tivemos um caminho absolutamente tranqüilo naquele momento. Não vamos imaginar que tivemos um caminho tranqüilo porque o Collor, que estava sendo investigado e depois recebeu o **impeachment**, era o Presidente da República. Não Nós estávamos tendo um caminho tranqüilo porque a direita estava no poder, porque sabíamos que não havia reforma de base em discussão. Não há que se comparar o acontecido nos anos de 1954 e 1964 ao movimento do **impeachment**.

Mas, Senador Pedro Simon, ainda de V. Ex^a. eu não ouvi uma palavra sobre a medida provisória. Uma palavra Nós declaramos aqui que poderemos permanecer em Brasília sábado e domingo, nesta Casa, da madrugada de domingo para segunda, se chegarmos à segunda-feira com uma proposta do Governo. V. Ex^a, como Líder do Governo, talvez possa trazê-la. V. Ex^a não precisa de crachá. O seu crachá está na sua trajetória, na sua palavra. E, se V. Ex^a chegar aqui e disser que há possibilidade de acordo, vamos acreditar. Se V. Ex^a for àquele microfone e disser que há

possibilidade de acordo nas próximas horas, eu interromperei aqui o meu discurso, requeiro ao Presidente a interrupção desta sessão, e nós vamos trabalhar.

Ouçô o Deputado Amaury Müller.

O Sr. Amaury Müller – Era exatamente isso o que eu queria dizer, Deputado Miro Teixeira. O longo e brilhante aparte do Senador Pedro Simon, Líder do Governo no Senado, apesar de todo o conteúdo histórico, assemelha-se, na verdade, diante do repto aqui lançado, ao fio dental: mostra tudo, mas oculta o essencial, e o essencial é um compromisso formal, aqui, de abrir um canal de negociação, e S. Ex^a não tocou no assunto.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência faz um apelo ao nobre orador para que encaminhe o encerramento de sua manifestação, porque o tempo de S. Ex^a. está ultrapassado em sete minutos.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Senador Pedro Simon, volto a repetir: se V. Ex^a com a autoridade que tem na Casa, com a credencial produzida por sua própria trajetória, chegar aqui e disser neste microfone, agora, que há uma possibilidade de entendimento sobre um projeto de lei de conversão que releve a responsabilidade e não a irresponsabilidade do Congresso Nacional (que é responsável e sem dúvida produzirá uma lei muito melhor do que a elaborada numa reunião de tecnocratas), V. Ex^a terá em mim o maior aliado para buscar esse entendimento.

O Sr. Pedro Simon – Em primeiro lugar, quando aparteei V. Ex^a, eu estava conversando com o Senador Marco Maciel e ouvi as referências de V. Ex^a a estímulos que poderiam parecer golpe ou coisa que o valha.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Foi o que todos ouvimos aqui, esta semana toda.

O Sr. Pedro Simon – Vim responder a essa questão. A segunda parte a que V. Ex^a se refere, sinceramente, não tinha ouvido, já que cheguei há pouco ao plenário, mas não me furto de responder a ela.

Acho que se pode acusar o Ministro Fernando Henrique Cardoso do que se quiser.

O SR. MIRO TEIXEIRA – O que não fizemos. Pode-se acusar, mas não o fizemos.

O Sr. Pedro Simon – O que não se pode deixar de reconhecer é que o Ministro Fernando Henrique esteve no Senado e, pelo que sei, na Câmara, para debater essa matéria tantas e quantas vezes, exageradamente. Mesmo quando não pedíamos, S. Ex^a vinha e se oferecia. Foi uma matéria longamente debatida, assim como foi debatida a emenda à Constituição apresentada pelo Governo.

O Sr. Paulo Delgado – Sr. Senador Pedro Simon, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MIRO TEIXEIRA – Quem concede aparte aqui sou eu.

O Sr. Paulo Delgado – Desculpe-me, Deputado Miro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência adverte que são impedidos apartes paralelos, e o aparte deverá ser breve.

Comunico mais uma vez ao orador que o seu tempo está ultrapassado em dez minutos.

O Sr. Pedro Simon – Deputado Miro Teixeira, se for o caso, fico devendo o aparte.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Está mantido o aparte.

O Sr. Pedro Simon – Como dizia, foi enviado para cá um projeto. Lembrem-se de que entre o projeto enviado pelo Governo e o que votamos na Revisão Constitucional há uma diferença infinita. O Governo fazia uma série de exigências e imposições, mexia com o dinheiro das Prefeituras, dos Governos Estaduais, e dissemos não. Foram feitas alterações, fruto desse debate. No que diz respeito à medida provisória, o Ministro veio ao Congresso com a sua equipe e debateu a matéria. O que aconteceu? Várias Razões Reconheço que estamos passando por uma fase dramática nesta Casa: temos a Revisão Constitucional, a cassação do mandato de irmãos nossos – o que nos machuca, porque é como cortar nossa própria carne –, a sucessão presidencial, que todos os partidos estão vivendo, e o Plano Econômico do Governo. No meio de tudo isso, o Relator nos entrega cópia do seu parecer às 16h do dia em que deveria ser votado, quarta-feira. Por isso, sua votação foi adiada para quinta-feira. O plano apresentado pelo Relator é completamente diferente do apresentado pelo Governo. Os Líderes desta Casa – vejo aqui presentes o Líder do PFL e outro – estiveram com o Presidente da República e o Ministro da Fazenda, que nos fez um apelo dramático no sentido de que não votássemos essa matéria agora para que S. Ex^a. pudesse reeditá-la. S. Ex^a. disse não ter condições, com a sua equipe, nesse curto espaço de tempo, de responder ao Relator, que apresenta números que podem inviabilizar o Plano, ficando a descoberta cerca de 16 bilhões de dólares. Não sei se essa cifra é verdadeira ou não. Vamos debater, sentar à mesa e discutir. O ideal seria transformar a medida provisória, em definitivo, no nosso projeto. Qual o problema? O fato de o Presidente da República enviar nova medida provisória não significa que tenhamos a obrigação de esperar mais trinta dias. Dependendo de nós, da Comissão e do nosso trabalho, podemos votá-la daqui a quinze dias. Não é o Governo que vai determinar quando vamos votá-la. O que não consigo entender, por mais que tente, é por que o projeto tem de ser votado assim, baseado na medida provisória e na emenda apresentada pelo Relator, que é praticamente um substitutivo. Por que não debatemos, discutimos, sentamos à mesa com a maior tranquilidade? Votar na quinta-feira me parecia absurdo, porque sequer havia lido o brilhante trabalho do Deputado Gonzaga Mota. Recebi-o na quarta-feira, ao final da noite, quando cheguei ao meu gabinete. Talvez estivesse lá há mais tempo, mas foi quando o recebi. Por que essa matéria tem de ser votada hoje ou na Semana Santa? O presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação disse que o Presidente do Congresso é o responsável pelo não-prosseguimento dos seus trabalhos. Os seus membros estão querendo reunir-se para fazer um entendimento em torno de um acordo entre o Supremo Tribunal Federal e o Presidente da República, o que não conseguem fazer. Por que não podemos esperar mais dez, doze dias para fazermos o acordo? É a resposta que dou, com a maior sinceridade, a V. Ex^a. Não sei o que o Governo pensa e não falo, ainda que seja seu Líder, em nome do Governo. Isso é o que eu, Pedro Simon, penso sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência solicita ao orador que encerre seu pronunciamento. Para que não haja cerceamento de manifestações, se o Senador Pedro Simon, Líder do Governo, assim o desejar, depois da comunicação do Deputado Luís Eduardo poderá, na condição de Líder, usar a tribuna.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Companheiros, a preocupação revelada pelo Senador Pedro Simon soa como música aos meus ouvidos. Por que esta Casa não delibera?

Com relação à reedição da medida provisória, S. Ex^a disse que não precisamos esperar trinta dias. É claro que não precisamos, assim como não precisaríamos ter esperado trinta dias quan-

do da edição desta medida provisória. Também não nos precisamos basear exclusivamente no projeto de lei de conversão apresentado pelo Sr. Relator. Como disse o Senador Pedro Simon, é trabalho de fundo. Podemos divergir de alguma coisa, mas é um trabalho sério, como o é seu próprio autor, o Deputado Gonzaga Mota. Isso S. Ex^a fez questão de frisar.

O próprio Deputado Gonzaga Mota seguramente não estaria impermeável a qualquer contraproposta. Qualquer um de nós, Senador Pedro Simon, se fosse outro o Relator, um Parlamentar intransigente, alguém que não tivesse convicções democráticas, autoritário, poderia elaborar – já que teria que apresentar o parecer em plenário – outro projeto de lei de conversão e recolher assinaturas.

Ninguém aqui quer fazer uma queda de braço entre partidos, assim como não acreditamos em crise institucional, porque a Constituição define as atribuições, os deveres e direitos de todos os cidadãos, de todos os integrantes dos Poderes e, principalmente, dos seus chefes. Então, assim como ninguém acredita em crise, todos devem acreditar que a única possibilidade de vivermos um quadro de desestabilização um dia só poderá ocorrer com um Congresso Nacional que não canalize as tensões. A maneira de não se canalizar as tensões é não deliberar. A maneira de se produzir crise é não deliberar. A maneira de se colocar em risco a democracia é o Congresso cruzar os braços e deixar que, pura e simplesmente, se responsabilizem os outros Poderes pelo que de ruim está acontecendo no País.

Senador Pedro Simon, concordo com V. Ex^a. A culpa é desta Casa; a culpa é de muitos de nós. V. Ex^a. disse que ela seguramente era mais sua do que minha. Nesse aspecto, divirjo de V. Ex^a. Não é sua, nem minha. Não somos nós que determinamos o que, ou quando, vai entrar na pauta da Ordem do Dia. O Congresso Nacional não pode continuar como está, abúlico, distante da realidade nacional. Podemos, isto sim, estabelecer entre nós uma aliança para que tenhamos um Congresso Nacional deliberando pelo bem público, pelo bem da Pátria.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Miro Teixeira, o Sr. Adylson Motta, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Miro Teixeira, o Sr. Humberto Lucena, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Adylson Motta, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência, antes de conceder a palavra ao próximo orador, faz um apelo aos oradores para que se atenham às regras regimentais, principalmente no que diz respeito ao tempo. Hoje, a Presidência foi condescendente, porque se reintroduziu na Casa a figura do debate parlamentar, o que é uma alegria para nós. Mas nem por isso vamos deixar de observar as regras regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao Líder do PFL, Deputado Luís Eduardo, que, nos termos regimentais, dispõe de vinte minutos para sua manifestação.

O SR. LUÍS EDUARDO (Bloco Parlamentar – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Congressistas, discute-se a Medida Provisória nº 434. Os Deputados ocupam a tribuna, tecem comentários, e ainda há pouco o nobre Deputado Miro Teixeira, com a lucidez habitual, propôs uma negociação, convocando os Líderes do Governo para um acordo sobre o texto do projeto de lei de conversão.

Defendo – estou absolutamente tranqüilo, embora não apoiando o Governo – a tese de que deveremos votar a medida provisória ou possibilitar sua reedição pelo Governo. Quero separar a questão da medida provisória em dois tempos. O primeiro diz respeito à polêmica gerada entre os Poderes. Surgiu a proposta de modificar a medida na sua reedição para resolver o impasse criado entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário. Concorde plenamente com esta alternativa, que diminuiria a chamada crise, remetendo as atenções para a crise econômica, esta sim, muito grave e capaz de gerar inquietações em todos os segmentos da sociedade brasileira.

Entendo que o Governo deveria assumir que não quer negociar. Acho muito mais correto, muito mais autêntico do que tentar discutir o mérito do texto sabendo por antecipação que não pode mudá-lo no que é fundamental. Defendo, Sr. Presidente, com a autoridade de quem não mudou de posição – defendi isto muitas vezes –, a conversão do salário pela média, em face das implicações que a alteração do valor do salário mínimo teria na Previdência Social.

Fico tranqüilo, Sr. Presidente, porque há poucos dias ouvi depoimento do Ministro Fernando Henrique Cardoso no sentido de que, apesar de sempre ter sido um homem de esquerda, está convencido de que não é possível alterar o salário mínimo sem contribuir para a quebra definitiva da Previdência Social.

E mais tranqüilo estou, Sr. Presidente, porque esta tese já defendo há muito tempo. Fico confortado em que o Ministro hoje tenha essa consciência. Se esta Casa modificasse a essência da Medida Provisória nº 434, passaria a ter responsabilidade, aí sim, para com o futuro da economia do Brasil.

Os preços dispararam e os juros também. Já existe inflação em URV. O Governo atravessa dificuldades para remeter ao Congresso o Projeto de Lei Orçamentária. Vivemos dificuldades econômicas sérias. Perguntar-se-ia: se esta Casa modificasse a essência da Medida Provisória nº 434, ficaria com a responsabilidade se o plano viesse a fracassar? Certamente.

Estamos acostumados a votar planos econômicos em períodos de eleições. Em 1986, foi o Cruzado; em 1990, o Plano Collor e agora, em 1994, o conhecido FHC II. Os planos que deram errado tiveram sua essência integralmente aprovada pelo Congresso. Este não foi sócio só no prejuízo. Em 1986, o Plano Cruzado foi instituído mediante decreto-lei e aprovado rapidamente nesta Casa, porque fazia sucesso popular. Em 1990, votamos a Medida Provisória nº 168 sem nenhuma modificação, e a responsabilidade pelo fracasso do ajuste econômico ficou integralmente com o Poder Executivo, pois esta Casa não lhe negou os instrumentos necessários para a aplicação do plano econômico.

Ouçó, com prazer, o Deputado Éden Pedroso.

O Sr. Éden Pedroso – Ilustre Deputado, estamos ouvindo com atenção suas afirmações a respeito da posição do Congresso Nacional quanto aos vários planos de estabilização que foram editados no País. Parece-nos que, mantendo a posição defendida por V. Exª, o Congresso Nacional passa a tomar uma atitude que não condiz com a sua responsabilidade. Por que, nobre Deputado? O Congresso Nacional se comporta como avestruz: diante de um plano econômico, esconde a cabeça e deixa que o Executivo o resolva.

Com que finalidade o povo brasileiro elege seus representantes, se quando se introduzem planos econômicos que mexerão com a vida de toda a população nos omitimos? Entendemos que, neste momento, os representantes do povo devem participar ativamente. Muito obrigado.

O SR. LUÍS EDUARDO – Agradeço a V. Exª o aparte. Penso que V. Exª tem uma contribuição a dar ao plano econômico,

à medida que participar da revisão constitucional, votando as emendas, procurando resolver o problema da Previdência Social definitivamente, votando as modificações de ordem econômica e um novo capítulo para o sistema tributário. Aí sim, Deputado Éden Pedroso, poderemos modificar valores da política salarial, sem temer o caos completo na Previdência Social; aí sim, estaremos fazendo modificações estruturais, sem as quais, aliás, não há plano econômico que dê certo neste País.

Portanto, não podemos apenas ficar olhando e deixar de cumprir nosso papel. Pelo contrário, temos um papel relevante, sim, e precisamos cumpri-los, para que amanhã não sejamos responsáveis perante o futuro por termos tornado inviável o sistema democrático no Brasil.

O Sr. Germano Rigotto – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. LUÍS EDUARDO – Com prazer, Excelência.

O Sr. Germano Rigotto – Deputado Luís Eduardo inicialmente, cumprimento V. Exª por seu pronunciamento. Fico feliz, pois, quem sabe, de alguma forma pode contribuir, com meu pronunciamento, para a realização deste debate, que, acredito, é importante. Deputado Luís Eduardo, V. Exª diz que não podemos atingir a essência do Plano econômico. Mas V. Exª está discutindo o mérito. No meu pronunciamento, disse claramente – não ouviu quem não quis ou quem não tinha interesse em ouvir – que a grande discussão sobre o projeto de conversão diz respeito à reposição das perdas salariais havidas no momento da conversão. Deixei clara minha posição e disse que ela não era diferente da posição daqueles que exigem uma garantia de que não haverá perdas. Sei que o texto do Sr. Relator prevê a reposição das perdas, mas ele não é o resultado final da negociação, porque ainda estávamos num processo de entendimento para elaborar um texto alternativo. Então, Deputado Luís Eduardo, V. Exª argumenta muito bem quando diz que esta Casa tem, sim, de deliberar. Mas ela não pode, em hipótese alguma, ser amanhã responsabilizada por ter inviabilizado o plano, por ter atingido seu coração, sua essência. Não é objetivo do Deputado Gonzaga Mota fazer isso. O texto de S. Exª com relação às perdas salariais não é o resultado final do processo de negociação, repito, pois este ainda não havia sido concluído. Houve uma cobrança: o relatório teria de ser apresentado em quinze dias. Como, Deputado Luís Eduardo? Esta não é uma medida provisória que altera uma lei qualquer. É a que estabelece um plano econômico para o País. Em quinze dias queriam um relatório que concluísse por um projeto de conversão que alterasse praticamente toda a essência do plano econômico. Quero dizer a V. Exª que discuti, sim, o mérito da matéria quando ocupei a tribuna, assim como disse claramente que temos de aperfeiçoar o texto, buscar o entendimento visando proteger o salário do trabalhador de possíveis perdas. Mas não deve recair sobre nós a acusação de termos inviabilizado o plano, atingindo sua essência. Não deixei de discutir o plano econômico quando ocupei a tribuna. Entendia que o melhor para a Casa seria permitir a sua reedição, como solicitou o próprio Executivo. E não seria uma irresponsabilidade desta Casa, porque podemos em sete ou dez dias deliberar sobre o plano econômico. A posição de V. Exª é responsável, séria e a melhor para o momento que estamos vivendo.

O SR. LUÍS EDUARDO – Agradeço ao Deputado Germano Rigotto o aparte.

Concedo aparte ao Deputado Carlos Sant'Anna, e, posteriormente, ao Deputado Gonzaga Mota.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência informa ao orador, apenas para que possa compatibilizar o tempo de que dispõe com as solicitações de apartes, que faltam cinco minutos para terminar o tempo destinado à Comunicação.

O Sr. Miro Teixeira – Sr. Presidente, para o orador poder organizar o tempo, quero dizer que também me inscrevo para um aparte.

O Sr. Carlos Sant'Anna – Nobre e jovem Líder Luís Eduardo, comecei a ouvi-lo aqui e em seguida no meu gabinete, mas não me contive e vim apartear-lo. Primeiro, para cumprimentá-lo nesta oportunidade em que o vejo como Líder nesta Casa. Segundo, para acrescentar ao debate algumas considerações de quem já viveu planos anteriores, neles já depositou muitas esperanças e também já curtiu a decepção de vê-los fracassados. Quando, ainda na sessão de ontem, tomou-se a decisão política de não votar o plano, estando todos nós aqui presentes – uma decisão sábia a de que a Medida Provisória nº 434 não deveria ser votada ontem –, entendi que esse plano é um processo que tem de ser ajustado tal como uma obra de arquitetura e de engenharia: à medida que se vão percebendo os erros, fazem-se os acertos indispensáveis. Entendi também que o foro de discussão do plano econômico não é apenas o Congresso Nacional, mas toda a sociedade, e que é interesse não apenas do Governo, mas da Oposição, da sociedade, do Brasil que o plano dê certo, porque precisa dar certo. Não porque seja de Fernando Henrique Cardoso, de Itamar Franco ou de quem que seja, mas porque é importante para que possamos sair da crise em que nos encontramos. Então, entendo que a decisão de não votar a Medida Provisória nº 434 ontem foi de grande sabedoria, política para não repetirmos os erros que cometemos quando do Plano Cruzado e do Plano Bresser. Dir-se-á: mas, depois de decorridos trinta dias, quando for reeditada, a medida provisória será igualzinha à anterior. Tem de ser. Para ser reeditada, ela tem de ser igual, porque a Constituição assim o exige. Mas é só a forma, porque em seguida vem o debate, o plano de conversão, que tão inteligente e competentemente o Deputado Gonzaga Mota encetou na primeira etapa e, sem dúvida, encetará na segunda etapa. Entendo, portanto, que o Congresso Nacional, ao decidir não votar ontem a medida provisória, agiu com grande sabedoria, não pensando em termos partidários nem em termos meramente emocionais, mas pensando em contribuir para uma solução efetivamente construtiva para nosso País.

O SR. LUÍS EDUARDO – Agradeço a V. Ex^a, Deputado Carlos Sant'Anna, o aparte, que incorporo, com muito prazer, ao meu pronunciamento.

V. Ex^a, ilustre representante do Estado da Bahia, Deputado experiente e competente, que já teve a oportunidade de liderar o Governo nesta Casa em momentos difíceis, por certo, com sua experiência, muito contribuirá para o debate político nesta Casa.

Ouçó, com prazer, o Deputado Gonzaga Mota.

O Sr. Gonzaga Mota – Muito obrigado, Deputado Luís Eduardo Magalhães. Não pretendia eu me pronunciar antes da análise do mérito desta questão, mas, ouvindo e compreendendo o espírito público de V. Ex^a, nobre Deputado Luís Eduardo Magalhães, senti-me na obrigação de trazer alguns esclarecimentos a este Plenário. Antes, porém, quero enaltecer o comportamento, o espírito público dos Parlamentares nesta sessão, extremamente construtiva e que realmente resgata a dignidade do Poder Legislativo através do debate, que há muito tempo não ocorria nesta Casa. Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, tivemos oportunidade, desde o dia 22 de dezembro, de participar da discussão deste plano na sua primeira etapa, a do ajuste fiscal. Fizemos um trabalho efetivamente participativo não posso negá-lo com companheiros desta Casa e com o Governo e chegamos a um resultado a que nunca se havia chegando neste País, a coragem do déficit público. E vou além: hoje, pelos cálculos, há algo além do zero, há um superávit. Há divergências quanto ao valor, mas há um superávit. Talvez seja pequeno, mas há um superávit. Este plano já partiu com a grande

vantagem do déficit zero e também com grande vantagem quanto às reservas cambiais, em torno de 35 bilhões de dólares. Então, nobre Líder Luís Eduardo Magalhães, creio que já havia as condições básicas para na segunda etapa não se estabelecer um tratamento com o que realmente foi dado à Medida Provisória nº 434. Não obstante ter tomado conhecimento das críticas feitas pelo eminente Ministro e prezado amigo Fernando Henrique Cardoso à minha pessoa através da imprensa – isso não importa –, estou buscando soluções para o País, tentando chegar ao que é mais justo do ponto de vista social. Recebi da assessoria do Ministro um documento que analisa de maneira bem resumida – então, a resolução foi examinada – meu projeto de conversão. E as duas principais críticas ao projeto de conversão, porque havia outras com relação à data-base, dizem respeito ao salário mínimo. Uma é a de que o salário mínimo não poderia chegar a 100 dólares no final de 1994. Não é minha essa proposta, mas do Governo. Esse compromisso foi publicamente assumido pelo Ministro Walter Barello.

Apenas incorporei a proposta ao meu relatório. A outra crítica diz respeito ao valor inicial. Por uma questão de justiça, meu caro Líder, fiz o cálculo do salário mínimo com base no do mês de maio de 1993, sem nenhum ganho para o trabalhador. O salário mínimo em maio de 1993 correspondia a 79,22 URV, e aí está a proposta, sem nenhum acréscimo. Essas são as duas críticas ao nosso projeto de conversão. No art. 22 está a solução para a crise institucional que atinge os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. Isso não está dito no documento, mas a solução está no art. 22 do nosso projeto de conversão. Já estamos com o déficit zerado, já temos reservas, fato que não ocorria quando dos Planos Cruzado, Bresser, Collor I e Collor II. Já temos essas precondições. Não podemos, então, penalizar aquelas pessoas que vivem efetivamente do salário.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência apela ao aparteante para que conclua seu pronunciamento.

O Sr. Gonzaga Mota – Minha sugestão é esta. Estamos dispostos a negociar, nunca faltamos à negociação. Os preços continuam subindo, e os juros disparam. Os assalariados estão perdendo dos dois lados. O salário real está caindo, uma vez que o salário nominal está parado e os preços estão subindo. Esta é nossa preocupação. Não queremos fazer palanque eleitoral, como disse o Sr. Fernando Henrique Cardoso. Não preciso de palanque eleitoral para me reeleger, graças a Deus! Preciso apenas da minha credibilidade. Não preciso fazer demagogia para me reeleger. Gostaria de deixar claro que continuo com o espírito aberto à negociação, ao debate, mas não podemos continuar penalizando os trabalhadores.

O SR. LUÍS EDUARDO – Agradeço a V. Ex^a, nobre Deputado Gonzaga Mota, os esclarecimentos. Seria até dispensável afirmar que não concordo com as críticas feitas a V. Ex^a. Conhecemos bem o seu comportamento. Entretanto, temos pontos de vista distintos.

Hoje todos têm consciência de que é preciso acabar com a inflação no Brasil. Espero que este plano possa dar certo. Espero que possamos modificar o título "Da Ordem Econômica" de nossa Constituição.

Peço ao Governo que reinicie o processo de privatização, esquecido, não prioritário para o Sr. Itamar Franco. Peço ao Governo que seja rigoroso nos gastos públicos e apresente uma proposta orçamentária condizente com a realidade econômica brasileira.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, é possível tornar o País viável, acabar com a inflação, deixar para trás os recordes mundiais de inflação. Mas é preciso que o Governo mantenha a austeridade, enxugue a máquina administrativa, não readmita fun-

cionários, não deixe dobrar a folha de pagamento do Banco do Brasil, não permita a falta de controle nas empresas estatais, privatize, diminua o tamanho do Estado, combata a corrupção e estimule a revisão constitucional.

Não tenho dúvida de que, com esses pré-requisitos, acabaremos com a inflação no Brasil e poderemos obter a retomada do nosso crescimento, gerando empregos, melhorando as condições de vida dos brasileiros, hoje tão esquecidos por este Governo.

Sr. Presidente, também peço a esta Casa que retome, como solicitou o Deputado Miro Teixeira, os debates políticos. Que seja palco das decisões importantes, não se omita, mas tenha responsabilidade, mesmo em ano eleitoral.

Não acredito que seja possível modificar, como gostaríamos, o salário mínimo através de medida provisória. Senão, Sr. Presidente, seria perversidade de todos nós fixarmos esse salário em 79 dólares, a caminho dos cem. E por que não em quinhentos dólares? Salário não é fixado por decreto. E o Governo finalmente começa a aprender.

O Governo do Presidente Itamar Franco vem aprendendo, como no caso das tarifas públicas. O Governo vem aprendendo que plano econômico tem de observar a média salarial. O Governo vem aprendendo que não se pode fixar salário como se deseja, que não adianta fazer política de combate à inflação via congelamento ou achatamento de tarifas públicas.

O Sr. Miro Teixeira – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LUÍS EDUARDO – Se o Presidente Adylson Motta permitir, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência iria fazer um apelo a V. Ex^a para que não concedesse mais aparte. Mas, numa homenagem ao alto nível dos debates na tarde de hoje, permite este aparte e, ao mesmo tempo, suplica ao nobre Líder que conclua seu pronunciamento.

O SR. LUÍS EDUARDO – Concluirei, Sr. Presidente.

O Sr. Miro Teixeira – Tenho de cumprimentar V. Ex^a, nobre Líder Luís Eduardo, não pelo teor do seu discurso, porque divergimos, mas pela fina ironia que está fazendo. Ironia fina também não pode passar despercebida. V. Ex^a já sofreu, até injustamente, o estigma de integrar grupos conservadores, mas aqui não tem tido um comportamento conservador. Convivo com V. Ex^a, sou seu amigo e sempre o vejo numa posição democrática e avançando sempre, como todos nós devemos fazer em algumas posições. Mas V. Ex^a deu algumas alfinetadas na esquerda, revelando que o coerente é V. Ex^a. Esse é o conteúdo do seu discurso. Quando V. Ex^a concorda com o plano, trazendo à luz os argumentos que traz, se tivéssemos a possibilidade de fotografar pensamentos, sem dúvida, iríamos deparar com a imagem de um Deputado indo à forra. É o que V. Ex^a está fazendo da tribuna neste momento. Está indo à forra porque as teses que muitas vezes apresentou no microfone de apartes foram contestadas pelo Líder...

O SR. LUÍS EDUARDO – Deputado Miro Teixeira, quero lembrar a V. Ex^a que não vou recomendar que esqueçam meus discursos e meus livros. (Risos.)

O Sr. Miro Teixeira – Já vou encerrar meu aparte, porque estamos vendo que V. Ex^a não é candidato a Vice do Ministro Fernando Henrique Cardoso. Está de parabéns V. Ex^a

O SR. LUÍS EDUARDO – Agradeço ao nobre Deputado Miro Teixeira o aparte.

Vou concluir, Sr. Presidente, estimulando o debate político. Temos confiança de que a democracia hoje no Brasil é forte. Temos de mudar a agenda, passando a fazer a revisão constitucional e a deliberar nesta Casa, porque só iremos não só recuperar a imagem do Poder Legislativo, mas contribuir para a solução dos grandes problemas brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência quer comunicar aos presentes que concederá a palavra ao nobre Congressista Eden Pedrosa, que falará na condição de Líder, e, logo após, encerrará a sessão, por duas razões: a primeira é porque não há número nem sequer para o prosseguimento da sessão, uma vez que há apenas onze Senadores em plenário, quando o mínimo é quatorze e 78 Deputados, quando o mínimo é 84; a segunda é porque haverá reunião da Câmara, para prestar uma homenagem pela passagem do sesquicentenário do nascimento do Padre Cícero.

Então, por essas duas razões, após o pronunciamento do Congressista Eden Pedrosa, será encerrada a sessão.

Para falar pela Liderança do PT, durante vinte minutos, concedo a palavra ao nobre Congressista Eden Pedrosa.

O SR. EDEN PEDROSO (PT –RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sra^s e Srs. Congressistas, as nossas elites têm sido muito ricas ao formular programas de estabilização da nossa economia, mas infelizmente têm demonstrado enorme fracasso na gestão dos planos econômicos. E o novo plano de estabilização, introduzido através da Medida Provisória nº 434, já demonstra alguns problemas graves. Primeiro, criou um problema institucional entre os Poderes: Vive hoje o País num impasse que, para nós, é grave. Por que isso aconteceu, Srs. Congressistas? Porque a medida provisória do Governo que introduz a Unidade Real de Valor estabelece critérios para a concessão dos salários dos trabalhadores da iniciativa privada e dos funcionários públicos. Sr. Presidente, Sra^s e Srs. Congressistas, é lógico que, se estabelece critérios diferentes para se fazer a conversão, ela já está admitindo tratamento diferenciado, e com perdas, para certos setores assalariados. Ouço, com prazer, o nobre Deputado Paulo Delgado.

O Sr. Paulo Delgado – Nobre Deputado Eden Pedrosa, no momento em que o Senador Pedro Simon, Líder do Governo, aqui disse e ao mesmo tempo não disse qual é a posição do Governo nessa questão tão bem precisada por V. Ex^a não tive oportunidade de apartear-lo, porque S. Ex^a fazia um aparte ao discurso do nobre Deputado Miro Teixeira. O que eu pretendia dizer ao Senador Pedro Simon era isso que V. Ex^a identifica de maneira muito clara. O Ministro veio aqui, sim, várias vezes, mais do que vários Ministros da Fazenda, que também aqui estiveram para negociar planos. A diferença, entretanto, é que S. Ex^a vinha, mas não negociava; só falava, falava. S. Ex^a é um democrata? Sim. Ninguém aqui tem a ilusão de que vamos fazer um plano para o Governo executar. Mas que S. Ex^a dissesse desde o início o que vem dizendo há dois dias, ou seja, que não queria negociar. Aliás, algumas autoridades do Governo diziam que o objetivo era reeditar a medida provisória. Se esta questão que V. Ex^a identifica, a salarial, não for resolvida, a crise permanecerá. Sou daqueles que acham que ela existe. Uma simples coceira pode gerar uma ferida e provocar um desequilíbrio no organismo. A analogia organicista pode ser feita na política. Não se tratando dos problemas quando ocorrem, eles viram crise. Hoje a crise está na elite do poder, na superestrutura, entre os mais altos Poderes, mas já existe há muito tempo na base da sociedade, entre os trabalhadores. Gostaria de cumprimentar V. Ex^a e mostrar claramente a posição que temos. Mas não queremos que o Governo continue a dizer que vem aqui, que negocia, quando está fechado a qualquer proposta que possa ampliar a visão que tem do seu próprio plano. É isso que o projeto de conversão propõe. É isso que V. Ex^a tão bem demonstra em seu pronunciamento.

O SR. EDEN PEDROSO – Obrigado, Deputado Paulo Delgado.

O Sr. Luiz Gushiken – Permite-me V. Ex^a um aparte, Deputado Eden Pedrosa.

O SR. EDEN PEDROSO – Ouço, com prazer, o nobre Deputado Luiz Gushiken.

O Sr. Luiz Gushiken – Deputado Eden Pedrosa, quero parabenizá-lo porque V. Ex^a foi o primeiro a tentar fazer uma conexão entre a crise e a medida provisória. Essa conexão necessariamente traz à luz um problema técnico – e político – não gosta de discutir questões técnicas. Quero lembrar frase, que considero lapidar, de um velho teórico, que diz que economia é política concentrada. O político que é incapaz do domínio do elementar na política faz da língua um instrumento de demagogia, porque não consegue impor um mínimo de racionalidade. Infelizmente a crise que vivemos hoje tem o forte conteúdo da incompreensão de um problema técnico, que transborda sobre uma crise política. Ao colocar o plano em debate. Ministro, técnicos do Governo, imprensa escrita, falada e televisiva, disseram a milhões de brasileiros o seguinte: o plano tem como base manter o poder de compra médio do salário. Este axioma do plano só tem uma solução aritmética, e isso os políticos não querem compreender, pelo menos os que apóiam o Governo. Se é verdade que se pretende garantir o poder de compra médio, a conversão tem que ser feita na data efetiva de pagamento. Infelizmente, quando o Judiciário aplicou esta aritmética decorrente do axioma do plano, o Governo e a imprensa disseram: aumentaram os salários, quando a verdade é que se manteve o poder de compra médio. E com essas simples palavras – aumentaram os salários – houve uma sublevação dos militares, da imprensa e da sociedade. Uma sublevação compreensível, porque é inadmissível um aumento de salário quando se pretende manter o poder aquisitivo. Só que o que de fato ocorreu foi a manutenção desse poder aquisitivo. E hoje as tentativas de conserto têm as datas como referência. Espero que o bom-senso do Governo, das cúpulas das instituições vejam com clareza essa questão aritmética simples, sem a qual haverá uma grande hipocrisia no ajuste dessa crise. A língua pode proferir fogo, veneno ou luz. E os efeitos estão manifestos no mundo e, em particular, no campo da política. Se a hipocrisia predominar, penso que a saída será inócua. Em outras palavras, se não se fizer a média pela data efetiva do pagamento, milhares de processos serão colocados em marcha, e um dia o Supremo Tribunal Federal terá que se definir e o fará exatamente com base nesse critério. De forma que, novamente repito, a economia é política concentrada. Mas é preciso que os políticos tenham em mente com clareza que a questão aritmética e matemática é elementar para se compreender a crise que estamos vivendo.

O SR. EDEN PEDROSO – Obrigado, Deputado Luiz Gushiken. Não há dúvida de que as questões levantadas por V. Ex^a na sua intervenção referem-se ao que causou a crise institucional que estamos vivendo hoje, e meu partido entende que esta Casa tinha condições de resolvê-la se apreciasse o projeto de conversão.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nós, como membros da Comissão Especial que apreciou a Medida Provisória n° 434, conjuntamente com o Sr. Relator, Deputado Gonzaga Mota, procuramos, não sei nem quantas vezes, o Sr. Ministro e os técnicos do Ministério, para buscar uma negociação. Ouvimos a sociedade, os trabalhadores, os empresários e os economistas, para chegarmos a um projeto de conversão que não desfigurasse o plano, mas que, com relação aos salários, pudesse tratar com equanimidade todos os assalariados do País. Este era o objetivo do projeto de conversão. Se isto fosse feito, o problema entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário estaria equacionado.

Não gostamos de tecer considerações a respeito do comportamento do Congresso Nacional. Entretanto, somos obrigados a fazê-lo, porque esta Casa aprovou um aumento de salário para seus membros, derrubando o veto do Presidente da República. E

agora, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que se discute a medida provisória no que diz respeito ao salário mínimo, aos salários dos funcionários público e dos assalariados de todo o País, o que acontece? São convocadas sessões do Congresso Nacional, e o resultado é este: plenário vazio. Onde estão os Congressistas? Foram convocadas sessões também para segunda e terça-feira, mas nós já temos a certeza de que S. Ex^{as} aqui não estarão para votar o projeto de conversão.

Seria muito melhor, mais justo, mais coerente e mais honesto que o Governo tivesse assumido a seguinte posição: nós não queremos negociar e não vamos negociar. E os Parlamentares que dão sustentação ao Governo, porque indicaram Ministros, pessoas para ocupar cargos no Governo, têm que assumir na tribuna que não vão votar. E não ficarem nesse jogo de faz de conta, em que os membros da Comissão se viram envolvidos. Nós, da Comissão, estávamos imbuídos das melhores intenções; pensávamos que efetivamente o Governo queria negociar.

Ouço o nobre Deputado Mendonça Neto.

O Sr. Mendonça Neto – Deputado Eden Pedrosa, cumprimento V. Ex^a pelo discurso que faz nesta tarde. Quero dizer o seguinte: a derrubada do veto do Presidente na Câmara foi anulada pelo Senado, com a aquiescência absoluta da Câmara, pela mesma maioria que está ausente hoje, que não vive, sobrevive ou faz política com os subsídios de Deputado Federal. Não são apenas os anões que não fazem política com esse subsídio. Para dar uma satisfação à opinião pública, a Mesa da Câmara silenciou – acabei de dizer isso ao Presidente Inocêncio Oliveira. E a Mesa do Senado resolveu, por quase unanimidade de votos, voltar atrás em uma decisão que era de ambas as Casas. Em segundo lugar, não vêm votar aqui o interesse do trabalhador porque fazem o que o Governo manda. Lamentável é o Congresso Nacional de um país quando o que o leva a votar e a discutir matérias não é o interesse nacional, mas apenas desejo de ser subserviente às vontades do Governo. O Sr. Fernando Henrique Cardoso é um déspota. O Sr. Fernando Henrique Cardoso sai do Congresso Nacional para inquiná-lo de todos os vícios. S. Ex^a passou oito anos aqui e não conseguiu sequer eliminar um deles. Ao contrário, pediu: "Esqueçam o que eu disse e o que escrevi até hoje". E tomou-se apologista do FMI neste País. Assim, quero dizer a V. Ex^a que é profundamente lamentável que esteja faltando a este Congresso Nacional virilidade cívica. Estamos ajoelhados. Todos os comentaristas políticos do País dizem: o Congresso está de cócoras, a Câmara e o Senado estão de cócoras. O que está faltando é o Congresso Nacional assumir o seu verdadeiro papel e parar de ser subserviente à vontade do Poder Executivo.

O SR. EDEN PEDROSO – Agradeço a V. Ex^a, Deputado Mendonça Neto, o aparte.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje, quando do pronunciamento do Deputado Miro Teixeira, o Senador Pedro Simon fez algumas considerações e divagou sobre certas questões, como, por exemplo, a estabilidade política. S. Ex^a fez referências a 1954, a 1961 e a 1964, mas esqueceu-se de fazer naquele momento também um paralelo entre a realidade internacional que vivíamos naquela época e a que se vive hoje. Naquela época, dos golpes, vivia-se a guerra fria, e V. Ex^{as} estão lembrados de que, nas décadas de 60 e de 70, o efeito dominó na América Latina causou o predomínio das ditaduras. E todas municiadas, com os seus canhões e metralhadoras, a peso do dólar lá de fora. Agora a moda é outra, porque os países da América Latina estão de joelhos, de cócoras. A moda agora é a dolarização. Já fizeram isso em vários países da América Latina e agora vão implantá-lo em nosso País. E o discurso é o mesmo: é o da privatização, o da entrega do nosso patrimônio para acumular reservas, a fim de que em dois, três anos

aconteça o que está ocorrendo na Argentina, onde a balança comercial simplesmente comeu as reservas daquele país, como acontecerá no Brasil.

Então, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o nosso partido, o PT, entende que não se votar o projeto de conversão relativo à Medida Provisória nº 434 significa o Congresso agir como avestruz, esconder a cabeça, quando, neste momento, todos os Parlamentares deveriam estar aqui, honrando o voto que receberam nas urnas, para, perante a sociedade, cumprir a finalidade para que foram eleitos.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Amaury Müller.

O Sr. Amaury Müller – Nobre Deputado Eden Pedrosa, quero apenas endossar a análise que V. Ex.^a faz, trazendo à colação alguns modestos subsídios, obscuros, talvez, mas que poderão, na conclusão da análise de V. Ex.^a, adensar as críticas e as observações que faz sobre o chamado plano de estabilização econômica e a sua relação íntima com as elites tupiniquins, que cuidam dos seus interesses internos, e as elites que se submetem, de forma subserviente e servil, aos interesses multinacionais. O salário mínimo proposto pelo Relator da Medida Provisória nº 434 nada mais é do que um valor que retomaria o poder de compra de maio de 1993. Antes, portanto, da assunção do iluminado Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Henrique Cardoso, nada mais do que isso. Aumentaria de um mês para o outro algo em torno de 15 URV's. Portanto, qual um impacto financeiro nos cofres públicos da ordem de 200 milhões de dólares. Ora, a Previdência apresentou um superávit, no ano passado, de 2 bilhões de dólares, à custa exatamente do argumento roto, esfarrapado e decrépito de que qualquer aumento do salário mínimo destruiria a proa financeira da instituição. E assim vem sendo. Este é o argumento da elite dominante. Ora, a Constituição diz que o salário mínimo – e é uma norma cogente, auto-aplicável, que não depende de regulamentação – é aquele valor necessário para que o trabalhador e sua família tenham atendidas as necessidades vitais de moradia, alimentação, educação, saúde, higiene, transporte, vestuário, previdência social e lazer. A mim não importa se o salário mínimo vai a quinhentos dólares, como disse, com certa ironia, o Líder do Bloco Parlamentar, que parece estar abandonando a idéia de ser o candidato a Vice na chapa do Sr. Fernando Henrique Cardoso. O barco está fazendo água, está adernando, vai naufragar. Não, não estamos querendo quinhentos dólares. Estamos querendo apenas fazer justiça. E até onde a Constituição é respeitada? Se formos levar em conta esses nove itens que compõem uma norma auto-aplicável, que não é respeitada pelo Poder Executivo, chegaríamos certamente a mais de cem dólares, ou nos aproximariamos talvez dos quinhentos dólares. Mas ninguém está pedindo isso. Não estamos oferecendo ao trabalhador algo que não seja mais um pouco do que migalhas, do que espórtulas, exatamente àquele trabalhador que não tem sindicato, que não pode fazer greve, que é o trabalhador inativo, que compõe o grande universo dos previdenciários, daqueles que recebem aposentadorias pela Previdência Social. São mais de 11 milhões de brasileiros compelidos a viverem com sessenta e quatro vírgula alguma coisa URV's ou dólares, porque a dolarização é escancarada, já não é mais dissimulada. Mas é possível alguém viver apenas com isso? Será que o Sr. Ministro Fernando Henrique Cardoso ou o Deputado Luís Eduardo Magalhães viveriam com 65 dólares? Quem desrespeita a Constituição Federal não somos nós, Deputado Eden Pedrosa: é quem está no Poder. Se a Constituição Federal diz que o salário mínimo é aquele valor indispensável ao atendimento desses nove itens para o trabalhador e para a sua família, cumpre ao Governo respeitar a Constituição Federal, materializar essa norma cogente que nela está contida, para não falar no resto. Digo isso apenas para tentar trazer um dado novo à avaliação que

V. Ex.^a faz dessa medida provisória extremamente perversa, que traduz apenas o interesse dessas minorias perfumadas que dominam este País e fazem do seu povo o que bem entendem.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência faz um apelo ao nobre orador, Deputado Eden Pedrosa, para que encerre o seu pronunciamento, uma vez que o tempo de S. Ex.^a está ultrapassado em cinco minutos.

O SR. EDEN PEDROSO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero agradecer ao nobre Deputado Amaury Müller o aparte e dizer a S. Ex.^a que é velho esse discurso contra o salário mínimo. Já diziam que, se pagassem os 147%, quebrava a Previdência Social; diziam que, se se reduzisse o reajuste para dois meses, quebrava a Previdência; para um mês, quebrava a Previdência. Tudo isso foi feito, e a Previdência teve alentado superávit, como V. Ex.^a acabou de afirmar, afirmação que é mais significativa ainda pela experiência que V. Ex.^a tem na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, da qual foi Presidente e Vice-Presidente e onde sempre atuou com muito zelo e muita competência.

Porém, reafirmamos aqui que a postura do Governo de fazer de conta que quer negociar e no fundo não abrir as portas para a negociação é uma atitude enganosa. E uma coisa deve ficar bem clara: o Governo, quando se dispõe a negociar, tem de fazer com que os partidos que têm assento nesta Casa possam dar suas colaborações. O Governo não deve dizer que quer negociar, ficar recebendo os Deputados e, no momento em que se faz um projeto de conversão, como foi feito pelo Deputado Gonzaga Mota, usar de instrumentos regimentais de obstrução e de esvaziamento do Congresso, para não se votar a matéria.

Isso é lamentável, Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Maurílio Ferreira Lima.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PSDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, por maiores que sejam os problemas de uma nação, eles serão resolvidos com mais ou menos tempo dentro do processo democrático, desde que a sociedade assim o deseje. Poderão ser resolvidos, também, artificial e rapidamente por meios violentos e antidemocráticos, com a contribuição dessa mesma sociedade.

Os acontecimentos nacionais das últimas semanas vêm dando maior ânimo às velhas e notórias raposas militares, basicamente reformados, e às civis, que sempre defenderam e lutaram pelos esquemas de Governo em que o direito da força se sobrepõe à força do direito.

É muito importante que o povo brasileiro, sobretudo parcela apreciável da classe média, fique atento a essa retórica do bem sobre o mal para justificar a violência contra as instituições. Parcela apreciável da classe média que defendeu o regime de exceção e ficou sob a sua tutela por 21 anos – de 1964 a 1985 – não deve incorrer mais nesse terrível equívoco.

Já em 1961 a democracia brasileira estava sendo submetida a um teste muito severo para a sua sobrevivência, a partir da irresponsável renúncia do então Presidente Jânio Quadros; presidente eleito com expressivo apoio popular sob a euforia de salvador da pátria.

No final de 1964, com o apoio de três Governadores civis – Carlos Lacerda, do então Estado da Guanabara, atual Rio de Janeiro; Adhemar de Barros, de São Paulo; e Magalhães Pinto, de Minas Gerais – os militares ganharam o poder gratuitamente e nele se plantaram por 21 anos.

É essencial dizer também que, se não fosse a maciça mobilização e decisiva colaboração da classe média, a ditadura, pelo menos em março de 1964, não teria iniciado. A Marcha da Família

com Deus pela Liberdade, em 19 daquele mês, foi a senha para o golpe de força e também a gota d'água para a sua deflagração.

Ao longo de 21 anos de ditadura, o que aconteceu com o País? Não é meu desejo mostrar feridas e cicatrizes, mas os brasileiros que viveram aquele período negro têm gravado na memória todos os seus aspectos cruciais. E, afinal, o que aconteceu com a classe média? Perdeu a condição que tinha e foi mergulhada numa pobreza da qual até hoje não conseguiu se livrar. Nunca mais teve como comprar um imóvel em local digno para morar. Pelos salários miseráveis, teve que se deslocar para os subúrbios distantes e, às vezes, para as favelas. A escola pública, que era o orgulho do sistema de ensino do País, onde seus filhos estudavam gratuitamente, foi, na prática, extinta, dando lugar à nefasta indústria do ensino.

Dois dos Governadores que apoiaram o Golpe de 1964 – Carlos Lacerda e Adhemar de Barros – terminaram morrendo de enfarte, um deles no exílio, de tanta perseguição que sofreram. O terceiro governador, Magalhães Pinto, banqueiro, continua vivo, porque o seu grande ideal é o lucro, que no caso dele cresceu geometricamente naqueles 21 anos de ditadura. Espero que ela não mais contribua para lançar o País em nova aventura.

Espero que este relato refresque um pouco a memória da classe média. Pelo menos já se conhece que uma aventura dessa natureza não permite um retorno fácil à normalidade democrática, porque o principal instrumento de defesa das liberdades – a mídia escrita e a eletrônica – é a primeira a ser silenciada.

Está feito, portanto, o convite à reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra à nobre Deputada Maria Laura.

A SRA. MARIA LAURA (PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Henrique Cardoso, tem propalado através da imprensa que a conversão dos salários dos servidores e membros do Poder Legislativo e Judiciário compromete o Plano Econômico, e que a medida adotada terá um impacto adicional de US\$ 1 bilhão e 200 milhões. Promete, ainda, não repassar aos Poderes o dinheiro suficiente para cobrir suas despesas, e determina ao Banco do Brasil descontar das contas correntes do STF, Câmara e Senado cerca de 10%, de modo a inviabilizar o pagamento dos salários convertidos em URV do dia 20.

Mais uma vez se revela o caráter autoritário e pseudo-moralista do Ministro da Fazenda, assumindo um discurso "antimarajá" e de desmoralização dos Poderes da República muito parecido com o que levou, em 1990, o outro Fernando à Presidência da República.

Vejamos: a despesa média mensal com pessoal e encargos da União, no ano de 1993, foi de cerca de US\$ 1 bilhão e 300 milhões. A participação nas despesas com pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário corresponde a 8,6% da dotação total, de acordo com a proposta orçamentária enviada pelo Governo para 1994. Assim, vê-se que a despesa média mensal com pessoal e encargos dos dois Poderes é de cerca de US\$ 111,8 milhões. A despesa anual seria, portanto, de US\$ 1 bilhão, 342 milhões. O acréscimo, se houvesse (10%), seria, portanto, de US\$ 134 milhões! Nunca, jamais, de US\$ 1 bilhão e 300 milhões. Como os pagamentos já eram feitos por volta do dia 20, não haveria, na verdade, nenhum ganho ou acréscimo na despesa, pois o Tesouro já desembolsa o dinheiro suficiente com dez dias de antecedência. Todavia, se o repasse em cruzeiros reais for feito dez dias depois, é evidente que haveria, aí sim, uma perda de poder aquisitivo dos recursos repassados ao Legislativo e Judiciário de cerca de 10%. Ou seja, o Governo "faria caixa" com esse retenção do dinheiro.

A única possibilidade de haver um aumento de despesa seria o Governo admitir a conversão aos seus servidores com base também no dia 20, já que se comprometeu a pagar os servidores no dia 22, a partir de julho. Neste caso, como a folha do Executivo é de US\$ 1 bilhão, 188 milhões mensais, o impacto adicional mensal de cerca de 10% implicaria, aí sim, um acréscimo anual de despesa da ordem de US\$ 1 bilhão, 425 milhões nos próximos doze meses. Esse acréscimo, contudo, se compensa à medida em que a conversão dos salários pela média representa uma perda de 40% em relação ao salário pago em janeiro último, em URV, ou seja, a média salarial a ser executada no resto do ano compensaria largamente esse impacto: mesmo com essa conversão pelo dia 20, os salários continuariam defasados em cerca de 20% em relação a janeiro, em URV. Além disso, o Governo já previu essa despesa, uma vez que, em janeiro, muito antes do Plano FHC2, editou o Decreto nº 1.043, programando-se para, a partir de julho, assumir esse ônus adicional pela antecipação do pagamento de seus servidores para o dia 22 do mês trabalhado.

Duas meias-verdades não fazem uma verdade inteira. O Ministro Fernando Henrique não se deve deixar levar pelos holofotes e pelas pesquisas de opinião para tripudiar sobre os servidores e membros dos Poderes Legislativo e Judiciário, nem tentar ofuscar a verdade que reside na discussão que se trava sobre a conversão pela data do pagamento no Legislativo e Judiciário. Ou o Governo, através do Ministro FHC, admite que está errado, ou admite que está mentindo. Não há meio termo possível.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Prisco Viana.

O SR. PRISCO VIANA (PPR – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, encerra-se amanhã, em Paris, a 91ª Conferência da União Interparlamentar, que reúne representantes de mais de 100 nações, entre eles uma delegação brasileira presidida pelo ilustre Senador Ruy Bacelar.

Ao contrário do que às vezes insinuam setores da imprensa, as reuniões da União Interparlamentar não são uma oportunidade para o turismo parlamentar, mas um importante instante de discussão de questões políticas, econômicas e sociais do mundo, debates que muito têm contribuído para o encaminhamento de soluções no interesse da paz política e social dos povos. A União Interparlamentar é, assim, um fórum político de elevada representatividade dos povos, no qual o Brasil tem presença constante nos quase cem anos de existência da iniciativa.

O Ponto 5 da Conferência – "Debate geral sobre a situação política, econômica e social no mundo" – é de particular interesse para os brasileiros na atual conjuntura. É sabido que esse tema envolve questões cruciais, como a do desequilíbrio norte-sul e a das barreiras que alguns países impõem a outros como condição para continuação do comércio bilateral em bases estáveis.

Este tema foi a matéria principal das discussões da assembléia realizada em Ottawa, em 1993, sob o título mais amplo de "diálogo Norte-Sul para a prosperidade global".

No documento de Ottawa, enfatizou-se a necessidade de novas políticas de desenvolvimento, que favoreçam efetivamente um crescimento e um desenvolvimento duráveis nos chamados países do Sul, outrora do Terceiro Mundo, que são, em muitos casos, países em desenvolvimento. Recomendam-se às nações ali representadas que pensem, reflitam e decidam sobre o que é indicado no conteúdo do documento final.

Por exemplo, as instituições do sistema das Nações Unidas foram exortadas a considerar o problema de transparência nas transações econômicas particularmente entre as nações, e a se esforçarem no sentido de mais bem compreender as operações

transnacionais, particularmente nas suas consequências para o crescimento econômico dos países em desenvolvimento e para a proteção social que tais operações podem proporcionar. Esta exortação parte do fato aparentemente incontestável da tendência à mundialização dos meios de produção em numerosos setores que são cruciais para a economia dos países envolvidos nas trocas comerciais e econômicas internacionais bem como na transferência de técnicas e recursos humanos que necessitam obedecer a regras inteiramente novas.

Parece-nos correta a exortação, se verdadeira a premissa da mundialização da produção em setores cruciais, ainda não comprovada, porque, se assim o fosse, as soluções alternativas, buscadas pelos países em desenvolvimento ou pelo menos desenvolvidos, não apenas para seus problemas mas para aqueles que têm sido comuns na história da economia mundial, seriam sempre um esforço em vão. A mundialização da produção significaria a aceitação, como fatalidade, da ação das chamadas empresas transnacionais na economia do mundo. Afirma-se que essas empresas assumem caráter de sociedades descompromissadas com esse ou aquele país. Não está, contudo, provado que essas empresas realmente assumam o papel de empreendimentos que não têm compromisso com qualquer nação, ou grupo de nações, ou contexto político ou ideológico. A tendência real de tais empresas é a de se juntarem em oligopólios de interesses que desenvolvem uma política de pressão sobre os organismos internacionais a fim de que teses e conceitos nascidos em seu seio sejam assumidos por tais organismos e daí passados a uso normal por todos os que integram na cena mundial. As mais poderosas empresas transnacionais são as que têm sede principal no Norte e do Nordeste dependem ideologicamente. É portanto a premissa de que a mundialização da produção é uma fatalidade. Também o é a aceitação, como fato consumado, de efetividade da ação das empresas multinacionais fora do seu contexto de surgimento. Em outras palavras, as empresas transnacionais, devido a esses fatos, não têm qualquer compromisso com os problemas sociais e econômicos dos países do Sul.

Essas empresas, além de perseguirem um melhor desempenho financeiro, têm em maior ou menor grau uma dívida muito grande relativamente ao contexto que surgiram.

Na conferência de Ottawa, o documento final convida os governos e as instituições multilaterais e examinarem as relações entre o comércio e o emprego de modo a poder tirar conclusões para a política a seguir. Este é também um problema crucial porque envolve as receitas de soluções, sugeridas pelas instituições multilaterais aos países do Sul. É, como dissemos, uma receita que, sob o argumento de trazer esses países o grau de desenvolvimento dos países do Norte, provocam a recessão e, com esta, o desemprego. Não há a menor dúvida de que a aplicação do receituário dessas instituições multilaterais deve ser feita com todas as cautelas, de modo a levar em conta a peculiaridade de cada nação, de cada povo.

Há também o problema do protecionismo. Trata-se de questão que não pressupõe postura econômica, mas postura política. Todos sabemos que os países do Norte, as chamadas economias desenvolvidas adotam políticas que se resumem simplesmente à proteção de seus interesses em relação aos países do Sul ou entre esses mesmos países desenvolvidos. O problema do protecionismo é, antes de tudo, um problema de liberdade de cada nação no sentido de determinar seus caminhos, políticos e econômicos. O protecionismo é a cara mais recente e muito conhecida do velho problema da hegemonia entre as nações. Protege mais quem é mais forte, independentemente da justeza de suas alegações. É o velho problema da aplicação pelas nações mais fortes da máxima do "ou cede por bem ou cede por mal". Os países em desenvolvimento e os países subdesenvolvidos, que não têm como exercer efetivo protecionismo sobre seus produtos em grau ilimitado, mas apenas em grau relativo, devem ter como objetivo o reconhecimento por todas as nações do princípio da multilateralidade.

A multilateralidade, nas relações entre os povos, pressupõe a liberdade de escolhas, de opções. É a multilateralidade o avesso do protecionismo porque é um antídoto a este na medida em que a busca de alternativas de parceiros significa poder não se expor a retaliações, não praticá-las e, muito menos, não fazer ameaças.

A gestão mundial, na economia e na política, que tem sido feita pelas Nações Unidas, caminha infelizmente para um grau de relativismo que não condiz com os princípios sob os quais a organização surgiu. As Nações Unidas devem ser democráticas não apenas no plano dos debates mas também no das decisões, deixando de ficar, como até agora, na dependência de cinco países dentro de uma comunidade mundial de 189.

Ao contrário, deve ser dado espaço às nações do Sul, que não fazem parte do Grupo dos Sete, nas decisões desse organismo máximo, e devem ser relativizados os conceitos atuais originários de situações conjunturais de hegemonia política e econômica.

É necessário, pois, mudar o perfil de atuação da ONU e das organizações responsáveis pelo diálogo com os países em desenvolvimento e os subdesenvolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Nos termos do art. 29, § 2º, a Presidência vai encerrar a presente sessão. Antes, lembra a sessão conjunta convocada para realizar-se segunda-feira, às deztoito horas, destinada à apreciação da Medida Provisória nº 434.

A Presidência comunica ainda, a pedido do Presidente da Câmara dos Deputados, que agora, a seguir, teremos uma reunião da Câmara dos Deputados para se prestar a homenagem daquela Casa pelo 150º aniversário do nascimento do Padre Cícero.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h50min.)

**CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL**



A N O S
1963 1994

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA
DO CONGRESSO NACIONAL**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS